



Palafitas do Jenipapo na ilha de Marajó: a construção da terra, o uso comum das águas e o conflito*

Alfredo Wagner Berno de Almeida – Antropólogo. Professor-visitante do PPGSCA-UFAM e pesquisador do FAPEAM-CNPQ

Marcia Anita Sprandel – Historiadora e antropóloga integrante da Comissão de Relações Étnicas e Raciais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Resumo

Estudo etnográfico realizado entre pequenos criadores e pescadores artesanais sobre a formação do povoado de Jenipapo, próximo do lago do Arari, ilha de Marajó. Pequenos criadores, também denominados de herdeiros, impossibilitados de desenvolver a pecuária extensiva em áreas menores incrementam a pesca artesanal. Essa atividade é exercida em “equipe” e obedece a regras de permissão, de parentesco e de estratégias de uso dos recursos.

Abstract

This is an ethnographic study carried out among small cattle farmers and traditional fishermen, about the beginning of the Jenipapo settlement, near Lake Arari, Marajó Island. Small cattle farmers, also named “heirs”, began to develop traditional fishing when extensive cattle breeding became increasingly difficult in extensive areas. The activity is carried out by “teams” and follows rules of permits, kinship, and strategic use of resources.

Palavras-chave

Herança, território, identidade, conflito pelo uso de recursos hídricos e a terra.

Keywords

Heritage, territory, identity, conflicting use of water and land resources.

* Artigo anteriormente publicado em: Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro. UFRJ, v. XVI, nº 2, p. 9-55, 2002.

INTRODUÇÃO

O povoado de Jenipapo, pertencente ao município de Santa Cruz do Arari, Estado do Pará, localiza-se à margem direita do rio Arari, próximo ao lago do mesmo nome, o maior da ilha do Marajó. Dados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991/Pará (IBGE, 1991) informam que, em 1991, na zona rural¹ do município, viviam 3.121 pessoas, residentes em 683 domicílios. Estimativas fornecidas pelo Posto de Saúde de Jenipapo, em janeiro de 1994, referem-se, no entanto, a uma população de 6.988 pessoas, apenas no Jenipapo, distribuídas em cerca de 623 habitações². O Censo Demográfico de 2000 parece não ter dirimido as dúvidas que motivaram a contestação jurídica dos dados de 1991 pelas autoridades municipais e assinalam tão-somente que a população residente no município corresponde a 5.255 pessoas.

No verão ou estação seca, o povoado espreme-se entre a borda do rio e o chamado centro, formado por campos, pastagens naturais, aguadas e tesos ou pequenas elevações, utilizados segundo formas de uso comum por pequenos criadores, descendentes de antigas famílias que receberam terras naquela região, em conformidade com uma determinação do poder real em fins do século XVIII³. Na estação chuvosa ou inverno, tudo se alaga, e os próprios campos assemelham-se a um reino sob as águas, tornando-se difícil delimitar rios e igarapés.

Os pequenos criadores, também designados como herdeiros, possuem rebanhos que não ultrapassam duas centenas de cabeças e

¹ Os resultados do recenseamento de 1991, referentes ao Estado do Pará, que foram contestados, assinalavam para Santa Cruz do Arari um total de 4.781 habitantes. Considerado esse total, a taxa anual de crescimento demográfico do município seria inferior a 1,5%, enquanto a taxa anual média do Estado do Pará é de 3,6%. O município acha-se colocado entre os cinco menos populosos do Estado. O censo de 2000 ainda não tornou disponível a consulta dos nomes das localidades que conformariam a "zona rural" de Santa Cruz do Arari. Apesar de Jenipapo ser a mais populosa, existem outras 53 localidades, conforme mapa do município distribuído pela Prefeitura Municipal, elaborado em 1993, em que também se informa que o município foi fundado em 1962, tendo uma população estimada, em 1993, em 10.500 habitantes. Constata-se, pois, que as estatísticas oficiais disponíveis mostram-se inteiramente discrepantes.

² O trabalho de campo nessa região foi realizado em três etapas, a primeira delas em novembro e dezembro de 1993 e a segunda em janeiro e fevereiro de 1994, no âmbito da pesquisa coordenada por Alfredo Wagner, intitulada "Transformações Econômicas e Questões Sociais na Borda do Lago Arari", componente do Projeto PNUD-SUDAM/BRA/87/021. A terceira etapa foi realizada enquanto atividade autônoma, em fevereiro de 1997.

³ Sobre o tema, leia-se Vianna (1904). Esses 22 sesmeiros receberam então, além do quinhão de terras – cada um com uma légua de frente e três de fundo –, um rebanho que tinha entre 420 e 520 reses.

detêm formalmente os direitos de propriedade⁴. Seus imóveis rurais estendem-se numa faixa estreita, de formato retangular, do chamado centro até perto das margens do rio Arari, que constitui a beira ou frente. O desmembramento dos antigos quinhões de terras dos sesmeiros pelo sistema de herança e a impossibilidade de desenvolver satisfatoriamente a pecuária extensiva em áreas menores, conjugados com a incapacidade que tem esse tipo de pecuária para absorver todo o contingente da força de trabalho das famílias dos denominados herdeiros, resultaram no incremento da pesca artesanal. A paisagem predominante no sudeste do município de Santa Cruz do Arari, que se estende do Jenipapo até pouco além da sede municipal, numa extensão de 15 km, margeando as bordas do lago Arari, caracteriza-se, pois, por uma concentração de pequenos criadores e de pescadores. Eles ocupariam 4,1% da área cadastrada pelo INCRA. Nas demais regiões do município, prevalecem os grandes imóveis rurais, classificados como latifúndios por exploração e empresas rurais, que ocupam 95,9% da área cadastrada.

O povoado do Jenipapo localiza-se justamente no tênue interstício ou na linha imaginária de demarcação que separa a diminuta região de incidência dos pequenos criadores daquela dos grandes imóveis rurais, que a circundam e envolvem. Consiste num território de passagem obrigatória para os que demandam o lago através do rio Arari ou para os que, em sentido contrário, por ele buscam alcançar a baía do Marajó e a capital, Belém. A emergência do povoado do Jenipapo é resultado de um processo de desagregação da economia dos pequenos criadores, acentuada por repetidas inundações que dizimaram rebanhos inteiros, e da incapacidade dos proprietários de grandes imóveis rurais de incorporar maior força de trabalho, embora tenham ampliado seus domínios por meio da aquisição de inúmeras pequenas propriedades. Instituiu-se então uma “comunidade” autônoma e relativamente independente das unidades de produção pecuária. Desse modo, perto do rio, em terrenos alagáveis, foram edificadas, desde meados do

⁴ “Regionalmente, os habitantes dos ‘Campos de Marajó’ diferenciam os proprietários por termos dimensionais que lhes são mais convenientes. Assim, é chamado de ‘criador’ o pequeno proprietário de gado cujo plantel não ultrapassa, de modo aproximado, a 1.000 cabeças. Em contrapartida, classifica de ‘fazendeiro’, o proprietário possuidor de um rebanho acima de 1.000 cabeças de gado” (INCRA; IDESP, 1977, p. 19). Essa noção operacional elaborada por agrônomos e advogados, a partir de verificações localizadas, elide a extensão dos imóveis rurais como fator diferencial. Ao fazê-lo, reforça um antigo preceito local de que a riqueza e a propriedade devem ser medidas pelo tamanho dos rebanhos. Essa noção dos técnicos pode ser utilizada, entretanto, para melhor identificar historicamente os sesmeiros, também designados como criadores, e seus descendentes, que passaram a controlar áreas e rebanhos menores.

século passado, as casas palafitadas daqueles que passaram a dedicar-se principalmente à pesca. A piscosidade do lago, o financiamento da pesca pelos chamados consignatários e o incentivo à comercialização por interesses pesqueiros dos portugueses, que abasteciam Belém, atraíram também vaqueiros, expulsos dos estabelecimentos pecuários, e pescadores das regiões vizinhas, desde as primeiras décadas deste século. Ao chegar, pediam autorização para fazerem suas casas naquele local, e não havia maiores obstáculos. As licenças lhes eram concedidas.

O ritual de permissão funcionava para legitimar a presença dos adventícios e o seu acesso aos recursos básicos. Os chamados herdeiros assumiram, por meio do consentimento, a responsabilidade pelos recém-chegados, legitimando-os enquanto vizinhos e membros das equipes de pesca. O parentesco, mediante regras de descendência socialmente construídas e sacramentadas pelos nomes de família dos antigos sesmeiros ou “contemplados” (Gemaque, Pamplona), e referidas como fator relevante para igualar, idealmente, as condições materiais de existência, assegura historicamente o direito de moradia e de uso dos recursos naturais aos que se empenham no exercício da pesca. A herança representaria, por esse prisma, um elemento de coesão social e de expectativa de direitos, que os pescadores sabem legalmente reconhecidos pela sociedade nacional. Quando instados a falar, durante as entrevistas, os pescadores não vêem redundância em asseverar repetidamente que se encontram em terras fundamentadas em direitos de sucessão, que, portanto, não pertencem ou pertenceram a outrem. Pelo parentesco ou pela concessão dos testamentários, mesmo sem formalidade judicial, tem-se configurada uma situação de posse legal. A definição do patrimônio do povoado, segundo implicações jurídico-formais, é vista como necessária e imprescindível num contexto de antagonismos e litígios com fazendas lindeiras.

O discurso memorialístico, provocado nas entrevistas com aqueles que foram apresentados aos pesquisadores como sendo os “moradores mais antigos”, exalta invariavelmente a terra onde se ergue o povoado como propriedade de avós e outros antepassados, que viabilizaram formalmente sua ocupação. O Sr. L. Gemaque, pescador aposentado com mais de 70 anos, relata: “Os meus avós eram os proprietários da terra. Quando chegavam outros, eles vendiam ou davam um terreno para fazerem casa”.

Os direitos de propriedade e de posição são recebidos, portanto, segundo três modalidades: por sucessão, em linha direta ascendente, por concessão ou por atos de compra e venda, ou seja, por meio do

mercado de terras. Quaisquer dessas vias tem amparo nos códigos jurídicos. Embora os primeiros entrevistados sejam do sexo masculino, observa-se que nem a herança, nem a descendência se fixaram num único sexo. Há uma descendência bilateral, cuja reconstituição permite avaliar a ancianidade da ocupação:

Meu pai morreu em 1978, com 98 anos, e tinha nascido aqui no Jenipapo. O pai dele já era daqui. Tinha uma tira de terra, pequena, mas tinha. Meu pai casou com minha mãe, que tinha herdado uma sorte de terra. Eles tinham uma tira e hoje em dia não temos mais. E nós vendemos. Vendi para o próprio filho meu, que tem um retiro lá adiante [aponta em direção ao centro]. A terra continua com os herdeiros.

Os chamados herdeiros funcionam como o elo de ligação que viabiliza o acesso legítimo às águas e aos campos, num contexto em que as atividades pecuárias de base familiar encontram-se numa certa transição para a pesca:

O meu pai tinha uma vaqueirice também e pescava. O mesmo o meu avó. Mas eu mesmo não entendi de vaqueirice. Veio uma invernada grande e levou tudo e ele não quis que nós tivéssemos reses. O inverno de 44 veio rápido, levou o capim para o fundo e o gado não tinha o que comer. E sobrou só três e foram terminando.

A descendência, que faculta o controle das águas e das terras, inclusive por parentes que ainda estão no chamado centro, explica a denominação do povoado pela incidência de uma espécie vegetal do próprio campo: "Neste tempo no campo tinha muito jenipapeiro".

A designação do povoado é, de certa maneira, tributária do campo. O campo designaria a beira, porque é de lá que emana o direito de ocupá-la e de concedê-la, ou vendê-la a outrem. A diversidade do ecossistema está diluída nessa forma de representação, que precisa apagar as distinções geográficas entre centro e beira para poder existir enquanto diferente.

O discurso da legitimação, em sua linearidade de observância dos preceitos legais, faz com que da herança se passe para o reconhecimento do distrito municipal. Por conseguinte, conforme os relatos, com o tempo, as diversas prefeituras a que o povoado pertenceu (anteriormente pertencia ao município de Ponta de Pedras) foram também adquirindo essas terras, visando constituir o patrimônio urbano. O Sr. Lucas, pescador

aposentado, nascido em Jenipapo em 1920, assim narra o processo de formação do povoado, até se tornar unidade administrativa municipal:

Aqui tinha uma porção de tiras de terra. Tinha um negócio de parte de herdeiros, muito. Uma tira dum, outra tira do outro, outra tira do outro. Quem chegava pedia ao proprietário para fazer uma casa. Um lugar de casa. Aí ele dava. Não cobrava, só dava para morar, mesmo. Já depois é que a prefeitura foi comprando. Comprando uma parte, comprando, comprando, até que cresceu.

O povoado desenvolveu-se, entretanto, apenas na margem direita do alto Arari, quase junto ao lago, engolfado parcialmente pelos imóveis rurais dos pequenos criadores, sempre empenhados na faina de pastorear seus rebanhos, que são criados soltos, pastejando livremente e em comum na borda do lago. Não há, nesse trecho da referida margem, que se estende até a sede municipal, nem cercas interditando o acesso às águas e pastagens, nem vigias coibindo o seu uso. Não obstante a titulação em cartório, os recursos básicos são mantidos em aberto, em conformidade com regras centenárias que disciplinam o usufruto comum. Os campos e as beiras, bem como os rios, os lagos e os igarapés, possuem assim características de uso comum que são concomitantemente públicas e privadas. Ademais, são acatadas de maneira consensual, quer seja pelos pequenos criadores e pescadores entre si, quer seja entre seus pares e internamente a cada um desses segmentos. Atestam-no não apenas o gado de diferentes donos, pastando em comum, mas também os critérios de apropriação não-permanente dos chamados pontos, que dividem o lago entre as diferentes equipes de pesca durante o verão⁵. O individual não se sobrepõe ao uso comum, antes com ele se articula, permitindo que se imagine um amplo pacto entre estes e aqueles, quanto ao manejo dos recursos essenciais.

Na margem oposta, bem defronte à povoação, não existe uma habitação sequer, e as terras constituem domínio de grande proprietário

⁵ A partir da borda, os locais de pesca, destinados a cada uma das unidades produtivas, são balizados com estacas. Uma vez explorado um determinado local, os "pontos" vão mudando de lugar em direção às partes mais centrais e mais profundas do lago Arari. A ordem dos denominados "pontos" não é necessariamente a mesma, podendo variar no decorrer de uma mesma safra ou em relação à seguinte, já no outro verão. As unidades produtivas apropriam-se provisoriamente do espaço correspondente a cada ponto. Explica um pescador, nascido no Jenipapo em 1914: "Ele balizava o ponto dele. Só a vara balizava. A gente sabia, tava todo dia no lago e sabia. Todo o tempo, toda a safra. Cada qual respeitava o ponto do outro [...]. Quando o ponto falhava tinha que procurar outro. Hoje quase não se adota mais isto de ponto, que a pesca tá muito desorganizada".

territorial denominado localmente de fazendeiro. Essa margem já pertence a outro município, o de Cachoeira do Arari. Acompanhando-a, no sentido da borda do lago ou no sentido do rio Arari, há um rosário de grandes imóveis rurais (Fazendas Tuiuiú, Severino, São Miguel, Diamante) voltados, sobretudo, para a produção pecuária bovina e bubalina. O cercamento recente dos campos e das beiras e a interdição aos pescadores das margens do lago, do rio e dos igarapés, com vigias armados, denotam o fechamento dos recursos básicos pelos fazendeiros, como uma tática de controle exclusivo desses recursos. Ocorre em concomitância com uma valorização relativa da pesca em relação a uma pecuária em crise, que não se modernizou. As fazendas passam a explorar mais intensamente lagos e igarapés, arrendando-os para os comerciantes do pescado denominados localmente de geleiros. O valor da chamada "renda" corresponde à metade da produção obtida. Verifica-se um processo acelerado de monopolização dos recursos hídricos e dos campos. A apropriação individual, permanente e exclusiva sobrepõe-se à possibilidade histórica de uso comum dos recursos naturais. Na representação dos chamados fazendeiros, ao domínio privado, em termos jurídicos ou informais, corresponderia única e exclusivamente o uso privado. Trata-se de uma relação unívoca, que evocam como necessária no momento atual, ao separar rigidamente o público do privado, contrariando disposições consuetudinárias em que a titulação individual coexistia com o uso comum. O domínio privado sobre as águas e margens de um rio navegável como o Arari e do lago do mesmo nome, cuja corrente é pública, de uso comum, contraria o código de águas e também as servidões.

A divisão político-administrativa entre os mencionados municípios, que têm no rio Arari e no lago do mesmo nome seus limites físicos, reflete, nesse contexto, modalidades colidentes de utilização e controle dos solos e dos recursos hídricos.

Destacam-se, do lado oposto àquele em que se localiza o Jenipapo, em terra firme, ainda que na beira dos igarapés que demandam o lago, as sedes dos referidos estabelecimentos pecuários denominadas "casa-grande", a exemplo do que sucede em todo o curso do rio Arari e em toda a ilha de Marajó. Construções sólidas, assobradadas e de paredes espessas, que deixam os amplos compartimentos bem afastados do chão úmido, as casas-grandes são destinadas à habitação dos fazendeiros, que também são chamados de brancos, quer pelos vaqueiros, quer pelos pescadores. Com suas fileiras de janelas envidraçadas e balaustradas de madeira, são antigas edificações cheias de ecos dos faustosos dias

de épocas pretéritas, que ainda pairam dominantes sobre todo o Arari, rio e lago, não obstante o absenteísmo de seus atuais proprietários, que desde os anos 50 residem notadamente na capital, Belém. Os responsáveis pela administração das fazendas, que localmente são conhecidos como feitor e feitor geral, habitam mais perto das casas-grandes e têm sua importância elevada sobretudo em razão do referido absenteísmo. Termos e expressões como casa-grande, branco e feitor deixam transparecer atualmente posições atreladas aos seus significados originais, numa sociedade colonial e escravista. Com seu conjunto de linhas imponentes e sólidas, as chamadas casas-grandes representam o símbolo de um poder, cujos fundamentos compreendem o monopólio da terra e do acesso aos recursos hídricos, bem como mecanismos de imobilização da força de trabalho. Erguidas em posição senhorial, com terraços ou avarandados, que permitem ampla visibilidade e controle dos currais, campos e embarcadouros de gado, essas casas-grandes sobressaem apalaçadas em oposição à casaria de madeira dos vaqueiros, que lhes é tão próxima quanto subordinada, e às casas palafitadas dos pescadores do mais distante povoado do Jenipapo.

Além desse elemento contrastante, observa-se que a povoação do Jenipapo ergue-se, historicamente, fora dos domínios das fazendas e da denominada "indústria pastoril", consolidando-se de maneira autônoma, sem subordinação direta ao poder dos fazendeiros circundantes. Suas linhas arquitetônicas e sua disposição espacial não se confundem, portanto, com aquelas do casario agregado às necessidades da casa-grande. Mais se aproximam dos antigos povoados da ilha de Marajó, que se consolidaram livres da dominação dos chamados brancos. Índios desaldeados, que ficaram dispersos a partir do confisco pelo poder real das fazendas das ordens religiosas (jesuítas, mercedários)⁶, tanto quanto escravos fugidos ou quilombolas, estabeleceram núcleos de povoação livre, não obstante o sistema repressor da força de trabalho⁷. Esses índios e escravos têm sido também

⁶ Consulte-se LEITE, Serafim. Ilha de Joanes ou Marajó. In: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: I.N.L., 1943, v. 3. p. 235-252.

⁷ Sandoval Lage, em 1944, viajou pelas povoações do Jenipapo e de Santa Cruz e por inúmeras fazendas (São Miguel, Menino Jesus, Tapera), observando inclusive vestígios de alguns quilombos: "No terreno viceja a laranjeira, o abacateiro, o limoeiro, goiabeiras e outras árvores frutíferas. Há lugares que mostram ter sido bem plantados. São restos de pequenos 'quilombos' dos pretos escravos fugidos das fazendas da ilha. Os índios foram os primeiros a esconder-se dos brancos colonizadores e depois os pretos, seguindo a mesma rota. Os negros fugidos se estabeleceram para as bandas do Camutins, aproveitando os 'aterros' dos índios, que haviam desertado do local, deixando ali o atestado de sua vida" (LAGE, 1944, p. 221, grifo nosso).

apontados na literatura de alguns viajantes e geógrafos como os antepassados dos pescadores (LAGE, 1944, p. 181), passando a receber a denominação de caboclos da beira.

Numa representação idealizada, S. Lage sublinha que os antagonismos entre os pescadores e os fazendeiros reproduzem aquele que opunha os índios e os escravos negros aos brancos:

Descendendo dos índios que cruzaram a ilha em todos os sentidos, que plasmaram no barro a história [...] o pescador de hoje ainda guarda no sangue o ódio que o nheengaíba acumulou desde o instante em que o branco foi surpreendê-lo na mansidão de suas malocas felizes. O pescador tem a mágoa do índio e a revolta do africano (LAGE, 1944, p. 181, grifo nosso).

Ao acatarem a designação pejorativa de caboclos, que denota, segundo E. Galvão (1955, p. 196), posição social inferior, os pescadores do Jenipapo reverterem a conotação da palavra, que exprime sua condição de livres e de não subordinados ao rigor dos mecanismos de controle de inspiração escravocrata. Na verdade, trata-se de uma expressão genérica, que abarca indistintamente os moradores da povoação, sejam eles herdeiros ou adventícios, de ascendência indígena ou não, cujo significado encerra uma afirmação étnica numa situação social marcada pelos antagonismos com os denominados fazendeiros. O conflito provoca um deslocamento de sentido nessa denominação regional de uso difuso, que recebe uma interpretação positiva, ainda que marcada por uma existência atomizada, que não se objetivou em movimento social.

A singularidade arquitetônica do Jenipapo, povoado dos caboclos, em oposição às casas-grandes, expressa as principais vicissitudes desses pescadores enquanto produtores autônomos da beira, com suas unidades de trabalho familiar compondo extensas redes de vizinhança dispostas simetricamente em cooperação simples. As relações de trabalho e de moradia nesse processo produtivo opõem-se à subordinação e à assimetria intrínsecas às fazendas, resumindo o arquétipo do cenário do qual emerge a categoria caboclo, como autodefinição, negando explicitamente o mundo das fazendas regido pelos brancos e caracterizado por uma rígida estratificação e pela imobilidade social.

Ao contrário do isolamento dos moradores do centro, o povoado dos caboclos constituiu-se numa ruidosa praça de mercado da produção pesqueira, localizada na beira defronte às fazendas e com complexas relações de circulação. No verão, sobretudo, transformou-se num entreposto comercial de referência para todos os núcleos urbanos

localizados na borda do lago Arari. Nessa estação, as águas baixam, e torna-se impossível às embarcações alcançar a sede municipal Santa Cruz e localidades como Boa Vista ou São José. O Jenipapo, enquanto porto de verão, passa a ser um ponto de convergência do fluxo de pessoas em trânsito, além de concentrar as operações de recebimento e distribuição de todas as mercadorias importadas da capital e demais cidades da região.

O povoado do Jenipapo, no entanto, consolidou-se principalmente em torno de comerciantes, que financiavam os instrumentos de trabalho (embarcações, anzóis, linhas, redes) e faziam adiantamentos em gêneros alimentícios e artigos diversos para suprir as necessidades das famílias dos pescadores na entressafra. Os débitos deveriam ser saldados com a produção de peixe no verão. Tais comerciantes, mais conhecidos como consignatários, exerciam seu domínio sobre os resultados do processo produtivo mediante o controle do crédito, dos preços e dos circuitos de colocação dos produtos no mercado. Importava-lhes antes os mecanismos de apropriação dos excedentes do que propriamente o controle absoluto ou o monopólio do acesso aos meios de produção. Distinguiam-se, nesse sentido, da dominação historicamente exercida pelos fazendeiros. Diferentemente de outras regiões amazônicas, nas bordas do lago Arari, as formas de subordinação pelo sistema de aviamento são posteriores, temporalmente, e coexistem de maneira tensa com a dominação apoiada no monopólio da terra e demais recursos naturais.

Os consignatários, também usualmente referidos como patrões, com seu padrão clientelístico de relação, fundado no endividamento prévio e na ideologia do favor, configuram a representação política do povoado. Desde os anos 20 do século passado, aproximaram-se da Colônia de Pescadores, opondo-se às limitações que os fazendeiros representavam para o desenvolvimento e a ampliação da pesca e reforçando assim sua posição de mediação junto aos aparatos de poder. Usufruíram, por conseguinte, da plenitude da ação mediadora na conjuntura de transição de 1930, quando os fazendeiros do Marajó colidiram, num primeiro momento, com a administração do Interventor Federal Major Joaquim de Magalhaes Cardoso Barata. Datam desse período as visitas festivas do Interventor ao povoado do Jenipapo na abertura da temporada de pesca, quando se hospedava na casa do principal consignatário, "um português transformado em autêntico caboclo", conforme definição de L. Luxardo (1977, p. 100). Uma das conseqüências do exercício dessa mediação, em que pese a mobilização populista, foi a abertura do Jenipapo a diferentes perspectivas e

representações, numa quadra em que a Interventoria confere prioridade à atividade pesqueira na região, relativizando a importância da pecuária.

Membro de uma das comitativas do Interventor Magalhães Barata em visita ao Jenipapo, em meados dos anos 30, o documentarista cinematográfico Líbero Luxardo, em tom memorialístico, acentuando aquela referida singularidade, assim descreve a então “Vila de Jenipapo”:

Muitos anos viram correr aquelas águas diante da vila de Jenipapo, num preguiçoso semicírculo povoado de casas de madeira plantadas em altos esteios que davam a impressão de pernas-de-pau, pernas que sustentam o ventre das casas, todas elas contornadas por úteis varandas. [...] Quase todas as casas estavam ligadas entre si por esguias pontes de comunicação, como um passadiço, no verão, com mais de três metros de altura, e no inverno, como numa embarcação, sobre as águas (LUXARDO, 1977, p. 93-94).

Viajando pela região, em 1943, S. Lage descreve uma situação em que as margens dos rios, atualmente desabitadas e interditas, ainda eram ocupadas por pescadores, com o assentamento dos fazendeiros. Lage capta um momento em que as famílias ainda não haviam sido completamente expulsas e usufruíam do livre acesso às beiras e águas:

Quem cruza o Arari, sobretudo nas proximidades do lago, sobre o Anajás-Miri, corta os igarapés mais largos, vai encontrando as beiradas, palhoças rústicas, minúsculas, desconfortáveis, umas apenas mal cobertas, habitadas por gente paupérrima, doentia, embrulhada à guisa de roupa, em farrapos e mulambos. [...] São as casas dos pescadores que moram aí com as suas famílias, mercê dos proprietários das fazendas de gado, donos das terras, que vão deixando levantar-se esses casebres (LAGE, 1944, p. 177).

A geógrafa Vieira Pinto, que visitou a área em 1955, participando de uma equipe técnica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), escreveu:

Instalada na margem direita do rio Arari, sobre terreno inundável (terrenos de aluvião), a povoação de Jenipapo, sede da colônia de pescadores Z-25, é um povoado de cerca de 1.200 habitantes, cuja única atividade é a pesca. [...] A população ali é formada ‘exclusivamente’ de pescadores,

com ausência absoluta de culturas de subsistência (PINTO, 1956, p. 400).

No Jenipapo não há propriamente elevações naturais que se destaquem em comparação com as áreas em derredor. Somente as habitações edificadas sobre estacas – com altura máxima de três metros a descoberto e totalizando sete metros, se consideradas as partes enterradas no solo – permanecem acima do nível das inundações e enchentes. Na estação chuvosa, as águas do rio e do lago Arari sobem, ilhando completamente as casas do povoado, privando seus moradores da terra, na mesma época em que a pesca é proibida legalmente e os peixes, na afirmação dos velhos pescadores, “vão embora” para os campos alagados. Moradores antigos comentam um fenômeno que complica ainda mais a dramaticidade da situação. O curso do rio Arari estaria se deslocando em direção às casas. A frente do povoado está sendo gradativamente impelida para o campo, enquanto as edificações mais próximas à beira já foram tragadas pelo curso d’água. Os pescadores assistem ao crescimento das denominadas terras altas na margem oposta, descortinando a cena das janelas de suas casas voltadas para o nascente, bem às margens do rio Arari.

As águas avançam sobre o território do Jenipapo. Redesenham-se mapas, a hidrografia conhece alterações. Diante de um povoado cuja área é cada vez mais comprimida, um pescador exclama: “A terra cresce é para os ricos, engordando suas fazendas”.

O Sr. Pedro, pescador, nascido em 1918, lembrando sua infância no Jenipapo, descreveu essa mudança no seguinte depoimento: “Aqui a vida era boa antigamente... Aqui não contava umas quinze casas, quando me entendi. A casa que era do meu pai já está lá dentro do rio. O rio avança para o lado de cá, e a terra cresce do lado de lá”.

A outra margem do rio, onde a terra “cresce”, pertence, conforme já foi dito, a grandes proprietários rurais, que não permitem que os moradores de Jenipapo construam suas casas ali nas margens do rio. Na verdade, impedem também que os pescadores façam seus acampamentos provisórios para a pesca e sequem suas redes nas margens externas do rio e que mulheres e seus filhos tirem terra, lenha ou capim. Os fazendeiros assenhoraram-se indevidamente dos terrenos das margens externas, que são de domínio público, sob a alegação de defender seu patrimônio. Para controlar essas situações, tradicionalmente existia a figura do vigia, empregado de fazenda cuja função precípua era tão-somente guardar os rebanhos, uma vez que o furto de gado desde meados do século XIX é freqüente na região, principalmente no inverno. As acusações de roubo,

historicamente, sempre se voltaram para outros criadores (FERREIRA PENNA, 1971, p. 61). Segundo relatos dos pescadores, outrora havia relações cordiais entre os fazendeiros e a comunidade do Jenipapo. Da década de 80 para cá, no entanto, a atividade de vigilância, antes praticada por vaqueiros da fazenda, que mantinham relações face a face com os habitantes do Jenipapo, sem hostilidades maiores, tem sido exercida de maneira mais intensa por vigilantes armados, que recebem localmente a designação de pistoleiros. Recrutados fora da região, principalmente no Sul do Pará, Maranhão e Piauí, e sem qualquer contato maior com os pescadores, exercem um tipo de vigilância que dissemina o pânico, tal sua virulência e brutalidade. As acusações de roubo de gado passaram também a ser atribuídas mais comumente aos pescadores, embora as detenções efetuadas pelas autoridades competentes assinalem a existência de quadrilhas organizadas.

Nesse contexto de conflito aberto, as atividades desenvolvidas pelo grupo doméstico revestem-se de imensas dificuldades. É com riscos, esforços e uma extrema criatividade que as mulheres de Jenipapo exercem os “trabalhos domésticos”, invariavelmente descritos como complementares e acessórios na literatura sobre comunidades de pescadores⁸. Da mesma forma, seus filhos precisam acostumar-se a esse cotidiano que cada vez mais envolve riscos e apreensões⁹: as crianças, ao ajudar as mães, e os adolescentes, saindo para pescar com seus pais e irmãos, no lago Arari.

De outra parte, os pescadores, embora acusem seus pares da redução do tamanho das malhas das redes, o que afeta a reprodução ictiológica, responsabilizam os interesses pecuários pela atual escassez de peixes. Atribuem o fato de o lago Arari ter secado nos últimos anos às medidas de aprofundamento do canal da Tartaruga. Asseveram que o propósito último de tal iniciativa governamental consiste em transformar o lago, com seus 18 km de comprimento e 4 a 7 km de largura, em pastagem de verão, ou seja, em convertê-lo num imenso campo.

⁸ Ver O trabalho feminino na unidade de produção familiar, em **Tecedeiras do Jenipapo**: o trabalho feminino na pesca – ilha do Marajó, relatório de pesquisa elaborado em 1994 pela antropóloga M. A. Sprandel.

⁹ A propósito de arbitrariedades nesses tipos de antagonismos sociais, vale ressaltar que, desde 1986, as entidades confessionais – Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) – e o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP), bem como o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), têm registrado inúmeras ocorrências nesse sentido, que atingem toda a bacia fluvial do Arari.

Na versão de um ex-consignatário, de 67 anos, não há qualquer “catástrofe” ou “fenômeno natural” em jogo, uma vez que o esvaziamento do lago é fruto de uma decisão oficial, que teria como pretexto evitar as grandes inundações.

No canal da Tartaruga há vazão de água nos 12 meses, todo o ano. A conseqüência é que resulta a seca mais rápida no verão. A terra cresce e entulha o lago. Antes o lago era mais fundo, com poços mais profundos ainda. O acau, o pirarucu, eles cavam. O pirarucu cava com a boca um buraco para desovar lá dentro. Agora acabou o pirarucu. O lago não secava assim nesta época do verão. Os poços secaram. O lago seca e o capim vai tomando tudo. Foi aquele projeto do canal da Tartaruga que eu lhe falei. Porque a intenção era fazer virar campo o lago Arari.

Percebe-se uma acusação velada de que aos denominados fazendeiros interessa expandir seus domínios sobre os “novos campos”, incorporando as pastagens do lago seco de verão. Já há, entre os fazendeiros, os que afirmam que os limites de seus imóveis rurais alcançam o meio do lago. A redefinição de limites, que adentram o espaço das águas, provoca certa insegurança, uma vez que, variando sazonalmente, do inverno para o verão, esses limites tornam-se ameaçadoramente móveis.

O fato de o Estado, usando de seu poder coercitivo, não administrar de maneira sistemática as situações conflitivas e não disciplinar convenientemente, por meio de ação localizada, o regime de posse e uso dos recursos hídricos e da terra, acentua o quadro potencial de tensão.

Para uma compreensão sociológica da gravidade das repercussões desses acontecimentos na vida cotidiana da população atingida, fez-se mister recorrer às técnicas de observação etnográfica, recuperando detalhes, aparentemente insípidos, das suas condições materiais de existência e de suas representações acerca da idéia de justiça. A preocupação em descrever as situações concretas orientou, desse modo, cada procedimento de pesquisa durante o trabalho de campo, apoiado em entrevistas não diretivas e em verificações *in loco* das condições de moradia, de trabalho e de produção.

Em termos metodológicos, entretanto, as limitações saltam aos olhos, quando se destaca que não houve um longo período de estudo e permanência dos antropólogos na própria comunidade, nem participação direta em algumas atividades do grupo local, nem mesmo um trabalho

mais intensivo com os entrevistados. As dificuldades para realizar censos, aplicar técnicas apropriadas concernentes às “histórias de vida” e acompanhar as diferentes etapas dos calendários econômico e religioso deixam à mostra a fragilidade dos dados e a necessidade de se relativizar as interpretações ora desenvolvidas.

1 O POVOADO DO JENIPAPO

As edificações características do Jenipapo são construídas em madeira e erguidas sobre longas estacas, que as elevam acima das águas móveis, crescidas na estação chuvosa. Um dos princípios mais observados nessas construções determina que as casas sejam colocadas de frente para o nascente, sendo bem iluminadas pelos raios de sol da manhã. Elas exibem então suas fachadas com ornamentos em lambrequins¹⁰ às beiradas incertas do rio Arari, deixando aos que ali navegam a impressão predominante de um casario que se debruça a pique sobre o espelho das águas turvas. As madeiras recortadas, como uma fita de rendas estendida sobre os caibros que compõem o beiral das edificações, emolduram as fachadas das casas, distinguindo-as entre si. Os contornos simetricamente ondulados dos lambrequins configuram uma paisagem arquitetônica singular, que denota, não exatamente o “recanto miserável de palafitas”, das versões estigmatizadas daqueles interesses hostis que, de fora, se referem depreciativamente ao Jenipapo, mas os elementos de cultura material distintivos de um povoado centenário, de pescadores e de artesãos.

Os lambrequins embelezam tanto as ruas estreitas e suspensas do Jenipapo, denominadas localmente de pontes, quanto o corredor de casas enfileiradas na margem direita de quem entra pelo igarapé Santa Cruz, que dá acesso ao trapiche da sede municipal. Constituem peças artesanais em acapu, entalhadas com a presteza e a habilidade dos carpinteiros, mais conhecidos por mestres, que outrora trabalharam para os grandes comerciantes compradores de peixe. Dois desses mestres em idade bastante avançada, por volta dos 80 anos, reproduzem, ainda

¹⁰ Esse termo era completamente estranho aos pesquisadores, mas, repetido com ênfase pelos pescadores entrevistados, acabou por nos chamar a atenção, alertando-nos e advertindo-nos sobre as vias de acesso possíveis à percepção das relações sociais que organizam o povoado. Acabou por constituir-se num traço forte das descrições do povoado e de sua própria identidade, tornando-se um elemento que contrasta com as representações estigmatizadas e hostis de grandes proprietários territoriais, cujos imóveis rurais são fronteiriços e circundantes.

hoje, os ensinamentos elementares para o acesso às técnicas apropriadas para se trabalhar o acapu e outras espécies que são utilizadas na construção das embarcações¹¹ (sapucaia, praciúba), das casas (maçaranduba) ou do mobiliário rústico¹² (cedro, pau-amarelo).

Embora não haja acapuzeiros nas bordas do lago Arari, constata-se que o acapu é uma espécie de madeira bastante utilizada, sobretudo no casario senhorial de toda a bacia fluvial do Arari, onde predomina o piso assoalhado com tábuas de madeira de acapu e pau-amarelo alternadas. Nas denominadas casas-grandes, também sobressaem as madeiras de lei dos caixilhos das vidraças de onde jorra luz no interior dos salões, dos alizares das portas e da machetaria dos assoalhos. Essas madeiras são importadas nos períodos de pique das safras, quando há mais abundância e circula um volume maior de recursos. Segundo relato do mestre Gonçalo, que em 1936 já trabalhava com o comerciante João Farias de Barros, então proprietário do maior e mais antigo estabelecimento comercial, a "Casa Jenipapo", elas viriam de Breves,

¹¹ No Jenipapo, são construídas e reparadas pequenas embarcações. Não há um estaleiro, e as obras são executadas sob as casas, no período seco, ou nos próprios atracadouros, quando as águas já subiram. Nos meses de junho e julho, ocorrem, preferencialmente, as obras de recuperação dos barcos de pesca que serão utilizados de maneira intensa no verão. Já no final do período, em novembro e dezembro, são reparadas as embarcações que carregam mercadorias várias durante a estação chuvosa. São barcos para "fazer frete", principal meio de transporte de pessoas e cargas, quando as águas aumentam e facultam a navegação por praticamente todos os locais de moradia e produção. Se os reparos são feitos pelos próprios donos das embarcações, a construção do barco, em contrapartida, exige a ação dos carpinteiros, visto que envolve a combinação de diversas espécies de madeira, em diferentes etapas de trabalho. Somente eles conhecem as mais indicadas para resistir à água e aos insetos coleópteros, bem como aquelas que conjugam o peso, a resistência e a maleabilidade correspondentes às exigências de uso de cada uma das partes que compõem as embarcações. Eis uma descrição breve das principais espécies e sua utilização, feita pelo carpinteiro "mestre Gonçalo", em entrevista: "Os barcos são feitos de sapucaia, praciúba, piquiá. A armação do barco, o esqueleto do barco é de piquiá. O forro do barco é de sapucaia, porque é uma madeira forte e é resistente para água. A praciúba é uma madeira preta também boa para o braçame, o esqueleto do barco preparado para pegar o forro. Estas madeiras vêm do Abaeté, vêm do Capim. Tem a tatajuba para fazer tudo da embarcação, tábuas e vigas, serve para a armação do convés. Tem uma que é muito macia, o pau-rosa. Isto tem muito é pro Baixo Amazonas. A itaúba, esta é que é a pérola para construções navais. Não dá turu, que é um bicho branco que dá na madeira, ele fura e não vara do outro lado. Ele vai só entrando na madeira. Para fazer as montarias é farcas de louro. Tábuas de 40, 30 ou 60 palmos. Agora, leva o piquiá e a sapucaia para fazer a forma deles. A largura das farcas é de 2 palmos e meio".

¹² Transcrevendo-se um excerto do relato do Sr. Gonçalo, tem-se uma idéia aproximada da variedade de madeiras com que trabalham os carpinteiros e marceneiros: "Aquele banco ali é de pau-amarelo, mas hoje não tem mais. Tem os mocho também, faz triângulo e quadrejado de acapu, andiroba, pau amarelo. As madeiras daqui vêm de Breves, Anajás, Afuá. As mesas são de cedro. Já a madeira para fazer as casas é maçaranduba. A armação, o esqueleto da casa, é de maçaranduba. Os frechais e o que suporta o piso, tudo é maçaranduba. O angelim faz as pontes e também as casas".

Anajás, Afuá e do rio Capim. Segundo relato de outro mestre, que atualmente faz serviços de carpintaria numa fazenda próxima, onde tem morada habitual, as madeiras viriam também de Abaetetuba ou dos rios Moju e Guamá. Elas são adquiridas por meio dos circuitos de mercado que também utilizam o peixe, fresco ou salgado, e o gado nas trocas mercantis.

Os tipos de materiais utilizados nas construções e em seus ornamentos, como as espécies de madeira e pregos, evidenciam diferenciações econômicas e sociais internas ao povoado. Explica um pescador, que possui barco, redes e mobiliza sete outros pescadores para as atividades de pesca no verão: “Nem todo mundo pode fazer um lambrequim com acapu e prego galvanizado” (ENT. 5).

Afinal, trata-se de um símbolo de prosperidade, que tanto pode projetar o povoado para fora, em relação a outros núcleos urbanos vizinhos que se derramam nas bordas do lago Arari (Santa Cruz, São José, Boa Vista), quanto distinguir internamente os grupos domésticos que o compõem. Os planos sociais que organizam o povoado permitem, pois, diferenciar as casas que os pescadores designam como estilo chalé, ornadas com os rendilhados de acapu, daquelas outras de “tacanica”. Estas últimas inclusive podem não ter sequer um simulacro de lambrequim: ao falar a respeito de construções, os pescadores entrevistados designam esse tipo de habitação como barracos. Há, portanto, uma certa hierarquização social nas edificações que, vistas a distância ou à primeira vista, seriam completamente iguais, homogêneas e indiferenciadas.

Mas nem só as famílias de pescadores acham-se atreladas à eficácia do símbolo. No Jenipapo, não apenas as residências, mas também os prédios da Igreja Católica e dos estabelecimentos comerciais estampam vistosos lambrequins. Investidos de autoridade, externam as marcas evidentes de distinção, que concorrem para que sejam reconhecidos como tal.

No caso específico dos estabelecimentos comerciais, também ornamentam as paredes das varandas da frente, denominadas terraços, pinturas em arte “naïf”, numa representação pictórica de índios, plantas, animais, casas e paisagens, desenhados em cores bem vivas e destacadas. Os tons acentuados das cores avivam também as demais paredes externas daqueles estabelecimentos, que chegam a ter pavimentos superiores, em pelo menos três situações. São chamados pela população local de “casas de altos e baixos”. Vale ressaltar aqui o bar “O Tabocão”, casario assobradado, todo pintado de amarelo claro,

com os portais em verde¹³, e o prédio da Igreja Católica, de cor brique. O templo da Assembléia de Deus tem a frente pintada em tons de azul. O salão de São Benedito é destacado em verde. E há casas multicoloridas, como a do Sr. R., com paredes amarelas, umbral e portais em vermelho e portas e janelas azuis. As edificações sem pintura, com nódoas na madeira, realçando a ação do tempo, encontram nas roupas de diferentes cores penduradas para secar nos chamados terraços um ornamento imprevisto nos dias de sol. O principal artista que executa aquelas pinturas “naïf” é natural do povoado, filho de pescadores, e é o mesmo que também pinta os barcos e neles desenha emblemas, bandeiras, escudos, motivos religiosos, como imagens de santos e adágios. Predominam nos diferentes tipos de embarcações as cores vermelha, azul e branca, cujos matizes podem ser aproximados daqueles da bandeira estadual.

O povoado do Jenipapo, entretanto, consoante os entrevistados, já foi mais belo e com cores mais firmes, que eram avivadas novamente a cada safra. Na representação de um pescador sexagenário, entrevistado em sua casa, Sr. Manoel, essa visão do passado contrasta com a situação atual do povoado, que teria perdido sua expressividade, em meio ao madeirame embotado e descolorido: “Antes, dificilmente se via uma casa não pintada. E agora dificilmente se vê uma casa pintada. Mesmo as embarcações parecem mais velhas, todas descascadas, com os remendos descobertos...”

Os fragmentos com cores vivas mantêm-se empalidecidos na maioria das edificações, com marcas já quase indeléveis das águas de chuvas de muitos invernos, bem como nos próprios barcos, revelando a impossibilidade de, no momento atual, serem incorporados às despesas domésticas os gastos com manutenção de moradia e instrumentos de trabalho: “A tinta está muito cara e ainda tem o transporte de Belém para cá. Não dá” (ENT. 2).

De igual modo, percebem-se lambrequins quebrados, com sucessivas falhas, como se estivessem sendo impiedosamente desdentados pela corrosão inexorável das chuvas dos fortes verões de sol a pino, que lhes esmaecem as cores e lhes enfraquecem os recortes de madeira¹⁴.

¹³ Uma das outras edificações, que tem dois pavimentos, encontra-se em relativo abandono. Trata-se de um dos prédios que abrigava o estabelecimento comercial do Sr. João Farias de Barros, falecido em 1963, e que hoje consiste numa precária unidade residencial.

¹⁴ Não obstante esse quadro de declínio, novos bairros parecem ir surgindo no povoado, como a chamada Vila Nova, e podem ser observadas pelo menos onze novas casas sendo construídas. As pontes estavam sendo também inteiramente recuperadas e ampliadas (observações de campo em janeiro de 1994).

Há ademais um clima de criatividade arquitetônica consecutiva, elevando trechos das pontes para permitir a navegação de embarcações maiores ou aproveitando as toiças de mururé para abrigar as aves em uma espécie de galinheiro flutuante, bem como de perpétua invenção, simbolizada talvez pelas curiosas réplicas de helicópteros e aviões, feitas em madeira, penduradas nos caibros do teto do terraço da casa amarela do Sr. Homero, pelas ossadas de cabeças de búfalos pintadas e iluminadas por dentro, pelas diversas “instalações” espontâneas pacientemente elaboradas por esse pescador¹⁵. Podem-se observar também fragmentos de cerâmica, provavelmente dos sítios arqueológicos marajoaras localizados nas bordas do lago Arari, decorando a entrada de algumas casas de pescadores: vestígios de igaçabas, pedaços de adornos antropomórficos e zoomórficos, e sobretudo pequenos ídolos, da fase Aruã ou da fase Marajoara (MEGGERS; EVANS, 1954, p. 7). Para apagar as marcas terrosas e de antiguidade, que comprometem os arabescos, alguns desses fragmentos foram pintados com tinta a óleo, em cores bem pronunciadas, capazes de representá-los como mais recentes e mais esplendorosos. É com orgulho que os proprietários estampam tais peças, considerando-as um aperfeiçoamento do trabalho dos artesãos que, em tempos pretéritos, as produziram. Há ídolos com cerca de 20 cm, que inclusive se encontravam em perfeito estado de preservação, com seus contornos e linhas realçados pela pintura recente. Essa releitura, que talvez causasse estranhamento à pesquisa arqueológica convencional, revela uma reapropriação simbólica legítima, que concorre para uma afirmação dos pescadores enquanto grupo específico, com traços culturais distintivos e uma identidade própria, não obstante o quadro de privação extrema e a hostilidade dos antagonistas. Nada há de bizarro nessas práticas artísticas que redefinem obras seculares de artesanato indígena. O orgulho coletivo dessas obras do passado é grande, embora seja menor do que o sentido pelas realizações arquitetônicas em madeira, que configuram o Jenipapo de hoje.

Mas, nas fachadas das casas, também há sinais exteriores de defesa e proteção contra as flagrantes adversidades. Chifres de bois ou de búfalos são enfiados nas extremidades da cercadura dos lambrequins para, na representação religiosa dos pescadores, “as doenças não entrarem em casa” (ENT. 5). Existem também espécies cultivadas nos jiraus e canteiros suspensos nos terraços para defender do mau-olhado

¹⁵ Pescador que possui um barco, redes e chefia uma equipe de pesca, atendendo à denominação de *dono de rede*, que aliás é como se apresenta.

e da denominada panemice, que seriam responsáveis, segundo os pescadores, pelos insucessos na pesca e na caça, quando não na vida:

Às vezes ele se queixa que está panema. Sente que está panema pela murrinha no corpo. Sai para pescar e não traz nada... Tem que tomar um banho de malagueta, de amoníaco. Com o banho a panemice sai e melhora o corpo (ENT. 13).

Não te disse que o tio Joca tá panema? Pescamos desde uma da manhã até agora e só pegamos 5 peixes, para duas casas.¹⁶

Os infortúnios passam a ser explicados magicamente: não adianta sair porque não se irá obter resultado algum. Os pescadores atribuem a alguém, jamais nominado publicamente, o fato de ter feito panemice para que não lograssem êxito nas suas atividades.

O “estar panema” explica a desventura circunstancial do pescador: compreende a relação entre o homem e os acontecimentos desventurados da vida doméstica, do processo produtivo e da vida social da “comunidade”, abrangendo potencialmente quaisquer pequenos infortúnios de rotina. De acordo com as informações levantadas, os pescadores recorrem ao “estar panema” para tentar explicar por que um indivíduo é vítima de um insucesso em um dado momento, num certo local, no exercício de determinada atividade produtiva. Eles se referem aos resultados infrutíferos na pesca e na caça e às ocorrências que afetam o vigor físico, como enfermidades, falta de disposição ou “murrinha” e mal-estar súbito.

Como sugere Evans-Pritchard, na sua análise sobre a feitiçaria entre os Azande, não se trataria de preguiça ou má vontade antes de empreender a atividade produtiva, nem tampouco de erro de cálculo, inabilidade, falta de destreza ou imperícia durante a realização do trabalho (EVANS-PRITCHARD, 1978). O “estar panema” transcenderia aos critérios de competência que definem o “bom pescador”. O insucesso jamais seria explicado nesse contexto pela má conservação e mau uso dos apetrechos de pesca (anzóis, linhas, embarcações, remos, redes, tarrafas), dos instrumentos de caça ou por um acidente de trabalho. Os pescadores sublinham sempre as condições de excelência de suas

¹⁶ Comentário entre pescadores feito na nossa presença, à tarde, no porto, quando já haviam voltado da pescaria. Posteriormente visitamos a casa do pescador que havia feito semelhante comentário e o entrevistamos formalmente.

ferramentas básicas, quando admitem a panemice, voltando para casa de mãos vazias. A explicação, recorrendo ao pensamento mágico, elucida o que aparentemente não tem razões práticas.

A crença na panemice circunscreve-se às relações sociais e morais na comunidade do Jenipapo. Concerne às disputas internas entre indivíduos, entre grupos familiares e entre equipes ou turmas de pesca. Os pescadores não fazem, porém, nenhuma menção explícita a quem pode ter provocado os infortúnios. A suposta inveja do competidor, jamais explicitada, atinge não apenas um membro do grupo doméstico, mas todos aqueles que vão pescar juntos ou que moram sob o mesmo teto, comendo à mesma mesa. O insucesso depende apenas do próprio homem, como diriam os antropólogos que analisaram tal questão (GALVÃO, 1951, 1955; MATTA, 1973), entretanto, quando há um infortúnio, não apenas o indivíduo fica temporariamente impotente para explorar a natureza, mas também toda a equipe de pesca da qual ele participa, ou todos aqueles que junto com ele caçam. Se não há um contágio, haveria pelo menos uma forma de espraizar a desventura, de disseminá-la e de configurá-la como não exatamente individual, ainda que de maneira limitada e até certo ponto controlada socialmente. A panemice pode denotar, dessa maneira, uma situação conflituosa, contingencial, vivida como desgraça pessoal ou circunscrita a um certo grupo, sem atingir, entretanto, uma dimensão coletiva, que envolva todo o povoado. Não obstante a atual escassez generalizada e a crise acentuada da produção pesqueira, a panemice mantém-se vivida atomizadamente. O infortúnio situacional mostra-se distinto, no plano da representação dos pescadores, do insucesso repetido, regular e freqüente, da catástrofe que ameaça atualmente a própria reprodução física das famílias que compõem a comunidade.

A gravidade da escassez extrema e dos antagonismos com agentes sociais externos, que interdita o acesso dos pescadores aos recursos da natureza, parece exigir uma interpretação prática, e não necessariamente mágico-religiosa dos fatores causais. A situação social do presente, dado o conflito aberto e a abrangência coletiva, excluiria da sua explicação a noção de panemice. O fato de não poder ter acesso a recursos hídricos por proibição expressa de oponentes não significa "estar panema". Não se trata de azar, má sorte ou coincidência, mero fruto do acaso. A interdição às águas é percebida pelos pescadores do Jenipapo como um ato deliberado de antagonistas. Os conflitos para fora, com grupos externos à comunidade, não se explicam, pois, pela panemice. Os pescadores apontam claramente os antagonistas

causadores das fatalidades: os fazendeiros. Não há dúvidas, nem simulação, embora tenham medo de nomeá-los em situações em que não haja confiança mútua. O pescador que levou um tiro e foi ferido ou morto, ou ainda teve seus instrumentos de trabalho apreendidos, quando insistia em pescar em zonas agora tornadas proibidas, não foi alvo de azar; ninguém, em contexto semelhante, afirma que “está panema” ou sob o efeito de alguma forma de enfeitamento. A panemice não explicaria tais acontecimentos conflituosos. Nem é usada como explicação quando se diz que morreu este pescador e não aquele que o acompanhava. A causa do infortúnio é atribuída a terceiros, plenamente identificados e publicamente nomeados, e isso é acatado consensual e comunalmente.

Nesse caso, a desventura é resultado de uma ação deliberada, que ameaça impedir a reprodução física do grupo em caráter permanente; não haveria aí qualquer similitude com a segunda lança ou a “umbaga”, de que nos fala Evans-Pritchard. A crença na panemice não explica, pois, a impossibilidade de acesso aos recursos naturais, tampouco as restrições que são impostas aos pescadores por seus antagonistas históricos, que resultam na pesca comprimida numa pequena parte do igarapé, do rio ou do lago, cujo uso tem sido privatizado à força por vigilantes postados militarmente às suas margens. A maldade e a perfídia aqui nada têm de inveja, mesmo quando Dona Rita, esposa de um pescador, diz que os fazendeiros “parece que [...] têm ciúme da água”. Seria outra, portanto, a explicação das atuais “desventuras” do povo do Jenipapo.

Para reverter os efeitos da panemice, recorre-se a soluções mágicas e de caráter individualizante. Assim, os banhos teriam a função de limpar o corpo das emanções invisíveis do chamado “olho gordo”, neutralizando a inveja e reintroduzindo o pescador purificado nas suas tarefas cotidianas. De acordo com as prescrições, após o banho, deve-se ter o cuidado de retornar para dentro de casa, deixando do lado de fora a roupa que se vestia antes, já que ficou irremediavelmente impregnada. Completa-se, assim, idealmente a passagem para um nova quadra, que promete fartura e bonança. Está-se diante de rituais de passagem mágicos, próprios dessa sociedade de pescadores, que busca afirmar sua identidade cultural num contexto de ameaças e enfrentamentos, imprimindo suas marcas e particularidades em cada aspecto do povoado.

O povoado reveste-se assim de dimensões mágico-religiosas consideradas exóticas em uma representação algo ingênua de “turismo ecológico”, que procura captar as configurações “orientais”, os ângulos

mais extravagantes das palafitas, a imensidão do lago, o rio de folhas e toíças de canarana retidas sobre a água melancólica, o reflexo da luz bruxuleante sobre os barcos de pesca, que saem nas madrugadas de verão ou do período da safra, e os pescadores “entralhando” redes ou lançando tarrafas ao alvorecer e, com seus diferentes formatos de remos, dobrando as distâncias. Cenas semelhantes têm tornado o Jenipapo, desde o início dos anos 30, um ponto de convergência de documentaristas, fotógrafos e cinegrafistas, sobretudo na estação chuvosa. No verão, nada cintila no cinzento lodo seco. No dizer do jesuíta Giovanni Gallo (1981), diretor do Museu do Marajó, o Jenipapo seria o “paraíso dos fotógrafos”¹⁷, sempre conhecido pela valorização do estranho. Essa opinião parece ser irretorquível. Líbero Luxardo, na primeira metade dos anos 30, integrando as comitivas do Interventor Magalhães Barata, fotografou e filmou uma multiplicidade de cenas. Nos anos seguintes, retornou à localidade inúmeras vezes, extasiado diante do movimento das águas. As fotos estão estampadas em seu livro **Marajó: terra anfíbia** (LUXARDO, 1977). O filme não foi concluído porém, e os rolos desapareceram. Na Cinemateca do CENTUR, em Belém, há indicações esparsas dos descaminhos do acervo, sem qualquer confirmação de sua exata localização¹⁸. Há velhos pescadores que se recordam dessas filmagens, tanto quanto das visitas do Interventor para as solenidades de abertura da temporada de pesca. Para eles, a presença das autoridades no povoado, como o Senador Álvaro Adolfo da Silveira, seria um sinal de um tempo de fartura extrema, com grandes peixes em quantidades razoáveis e com festejos magníficos, capazes de deixar iluminado o povoado num período em que ali não havia energia elétrica. Em narrativa nostálgica o Sr. Hinton Beltrão, entrevistado em sua casa, relata:

O dois de agosto em Santa Cruz do Arari era uma data comemorativa na época. Fez a primeira abertura de pesca

¹⁷ O álbum de fotografias mais recente sobre o Marajó, e que também inclui o povoado de Jenipapo, intitula-se **Marajó** (MACHADO, 1989). Ver também fotos de barcos de pesca da ilha de Marajó, de autoria de Bubby Costa, na revista **IRISFOTO** (1994, p. 26-27) e as reportagens ilustradas da revista **Ver-o-Pará** (2000), que focalizam Santa Cruz do Arari e contêm uma foto panorâmica do povoado do Jenipapo, de autoria de Geraldo Ramos.

¹⁸ Lévi-Strauss critica esse “gênero de narrativa” em **Tristes Trópicos**, contrapondo-o ao rigor e ao sentido crítico da observação etnográfica: “A Amazônia, o Tibet e a África invadem as lojas sob a forma de *livros de viagens, relatórios de expedições e álbuns de fotografia*, em que a preocupação do efeito é demasiado predominante para que o leitor possa apreciar convenientemente o valor testemunhal que encerram. *Quanto menos despertado é o seu sentido crítico, mais ele pede desse alimento, de que engole quantidade prodigiosa*” (LÉVI-STRAUSS, 1981, p. 12, grifos nossos).

aqui o general Magalhães Barata. Não me recordo o ano, sei que faz muito tempo deste general que comandou a política no Pará. Era dois de agosto a data de abertura da pesca. Isto aqui [o Jenipapo] ficava enfeitado de bandeirinhas, as montarias da pesca, tudo. Era uma festa, companheiro! Não existia esta pobreza que tem hoje que para você ver uma embarcação pintada aqui hoje é raríssimo. Não tinha luz elétrica na época. Você conhece aqueles candeeiros, aqueles faróis? Vou ver se ainda tenho um aqui, sabe? Tinha para mais de trezentos faróis ali, ficava uma vara aqui, vinha um... com os faróis todos, isto aqui tudo ficava iluminado, porque não tinha luz elétrica, nada. Era uma festa muito bonita.

Em contraste, na representação do presente, prevalece a escassez de bens essenciais e a insegurança quanto ao futuro. A todos os entrevistados apraz exaltar a abundância do passado, a tranquilidade no exercício da pesca e as safras fartas, em oposição às tensões sociais que dramaticamente os ameaçam e inquietam atualmente.

Rancores imensos parecem repousar sobre as águas do lago e do alto rio Arari, disseminando temores e trêmulos acentos de receio. Quaisquer que fossem os entrevistados, pescadores, pequenos criadores ou fazendeiros, manifestavam sentimentos de perigo real ou aparente. Houve quem dissesse, explicitamente, no calor dos depoimentos, que a vida parece transcorrer como num "tempo de guerra", tantas são as adversidades do cotidiano. Houve também quem, em aceitando conversar, proibisse terminantemente os pesquisadores de fazer registros escritos ou gravados. Pôde-se perceber, inclusive, um certo silêncio e inúmeras pausas durante as entrevistas, quando não expressões cautelosas e indagações esparsas, quase sempre concernentes a fatos e ocorrências de arbitrariedades, resultantes do intenso processo de monopolização dos recursos hídricos e do solo por grupos sociais estranhos à pesca e hostis aos pescadores.

2 O PROBLEMA DA ÁGUA

O povoado de Jenipapo não possui saneamento básico. Durante o verão, o lixo e os dejetos acumulam-se sob o casario palafitado. Nesse período do ano, as mulheres e as crianças, em pequenos barcos (denominados localmente de cascos), remam até a correnteza central do rio Arari, onde as águas idealmente seriam mais limpas, enchendo baldes e bilhas. Crianças também buscam água nas margens, onde flagramos diversos homens adultos ensaboados, banhando-se. A água

recolhida no meio do rio e levada para casa é despejada num reservatório chamado “tamborão”. As mulheres usam essa água para cozinhar, lavar as roupas, limpar a casa, fazer a sua higiene pessoal e a de seus filhos. A maioria da população também bebe essa água. Na sede municipal, há um reservatório, que capta a água diretamente do lago Arari, mas essa água só chega às habitações nas primeiras horas da manhã. O encanamento já atinge o Jenipapo, atendendo no entanto a poucas casas.

No inverno, quando as águas sobem até o nível das edificações, surgem diversos problemas. O da comunicação, anteriormente apenas possível por embarcações, tem sido resolvido graças à ampliação da rede de pontes de madeira (com 1,20 m de largura) que, a 3 metros do solo, unem as partes do povoado. Somente as pontes em construção no corredor de edificações chamado Vila Nova, localizado na extremidade do povoado mais próxima do lago Arari, se tomarmos o curso do rio como referência, medem 29 metros. Daí até a casa do Sr. B., podem ser percorridos mais 135 metros de ponte. Dobrando-se à esquerda e tomando-se a ponte que passa defronte do templo da Assembléia de Deus, percorrem-se mais 118 metros. A partir daí até a casa do Sr. J., há 38 metros de pontes. Na bifurcação, caso se tome o caminho da escola, são 48 metros. Se, porventura, for tomada a direção do Centro Comunitário e do Posto de Saúde, percorrem-se 145 metros. Para frente, caso se tome a ponte do Pereira, indo até o rio Arari, são mais 100 metros. E não se terá percorrido nem um terço do Jenipapo assim delineado. Vila Alegria, Tabocão e Trapiche nem sequer foram alcançados¹⁹. Esses passadiços e escadas são construídos em angelim, madeira considerada mais resistente às águas. Explica mestre Gonçalo: “O angelim faz as pontes e também as casas. Estas pontes tudo isto é angelim. É bom para a água. Tem o angelim amarelo, o rajado, e o pedra. O rajado e o pedra servem para móveis. Ele não pode pegar calor senão vira hélice de avião, entorta todo”.

Quando próximas das casas, as pontes ganham um corrimão, para que os passantes possam apoiar-se e descer as escadas com maior segurança. As pontes são construídas no mesmo nível, mantendo a mesma altura, mas as casas não o são. Elas distribuem-se por diferentes planos, de altura irregular, e são ligadas às pontes por lances de escada ou passadiços que compensam o desnivelamento e bem refletem as variações na altura das estacas que sustentam as habitações construídas

¹⁹ Não há qualquer ponte ligando o centro do povoado à pequena elevação, localizada a maior distância das margens do rio Arari, onde está o cemitério.

sobre as águas. De igual modo, cada casa acha-se ligada ao curso d'água, no inverno, ou ao solo, no verão, por uma escada. Com as chuvas de inverno, as águas vão subindo e invadindo as casas gradativamente, degrau a degrau, que, por sua vez e a seu tempo, vão servindo para o embarque nas pequenas embarcações chamadas cascos e montarias. As escadas e os passadiços são engenhosamente construídos e atendem à diversidade dos planos de circulação, definidos pelo nível das águas, que são sazonalmente móveis, consoante os índices pluviométricos.

O problema do abastecimento de água, porém, ainda é dramático. Com a água que cresce, misturam-se os dejetos e a sujeira. O sistema de caixas de madeira para depósito fecal revela-se inócuo. As águas contaminadas por bactérias, parasitas e fezes de homens e animais (porcos, búfalos, reses), entre outros poluentes, envolvem todo o povoado. Além disso, segundo o Sr. Carlos Augusto Rodrigues, autoridade municipal e vereador, em 1996, "No Jenipapo há quatro anos consecutivos não tem água potável. A passagem do gado rompe com a tubulação (que se estende da caixa d'água da cidade de Santa Cruz até o povoado do Jenipapo). Os búfalos são pesados e os canos são de plástico. Rompem com facilidade".

Sem opção, os moradores vêem-se obrigados a consumir as águas servidas. As conseqüências aparecem nos registros feitos pelo Posto de Saúde de Jenipapo: inúmeros casos de gripe, pneumonia (que atinge principalmente as crianças), diarreia (casos de morte de crianças de 0 a 5 anos), hepatite, cólera (nove óbitos em 1992 e três em 1993), diabete e hipertensão. Segundo um funcionário e agente de saúde, "não tem quem não tenha" amebíase. Durante o trabalho de campo desta pesquisa, foram registradas distribuições regulares de hipoclorito, insuficiente para tratar toda a água necessária para o consumo. No inverno, aumentam ainda os casos de feridas purulentas, conhecidas como "maria-preta", comum nos braços, pernas e nádegas das crianças pequenas. O Posto de Saúde, que funcionava com apenas três agentes de saúde e cinco auxiliares de enfermagem, não tinha estufa de esterilização nem geladeira para conservar vacinas. Tampouco há transporte próprio para levar os feridos ou doentes graves a Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras ou Belém.

3 O PROBLEMA DA TERRA E O CÁLCULO DO CONSUMO

Mesmo no verão, quando as águas baixam, pouquíssimas residências do Jenipapo possuem uma área de terra adjacente para

plantio ou para criação. Os habitantes louvam a fertilidade da terra, mas reconhecem a impossibilidade de cultivos maiores, que não os de aterros e jiraus, nesses terrenos inundáveis. No dizer de um pescador, oriundo de uma região de agricultura, “Se não fosse no fundo, tinha muito plantio aqui. Planta mamoeiro e produto dá. Planta bananeira e dá” (ENT. 31).

As terras próximas, destinadas à pecuária, não se encontram disponíveis. Nas fazendas, há uma limitada produção para o consumo próprio, que nem sequer atende às necessidades dos trabalhadores (vaqueiros e feitores). O queijo só é produzido até janeiro, cessando com o aumento das chuvas. Trata-se basicamente de alimentos complementares. O aluguel das terras firmes consiste numa prática restrita aos criadores, e seus preços são proibitivos para uma pequena produção agrícola sazonal e de base familiar. Dada essa situação, os moradores do Jenipapo são impelidos a comprar os alimentos básicos em outras regiões. Os bens essenciais ao consumo, como farinha, verduras, legumes e frutas, são importados. Para tanto, os moradores estabelecem relações de trocas horizontais com pequenos agricultores de municípios vizinhos. Se é possível administrar uma pequena criação de porcos ou galinhas no verão, torna-se um desafio mantê-la na estação chuvosa. Carne e leite, que abundam nas grandes fazendas que circundam o povoado, dificilmente são oferecidos à venda nas praças de mercado locais. O gado é levado diretamente a Belém para ser abatido. Os donos dos grandes rebanhos alegam que os baixos preços não compensariam o abastecimento regular do mercado consumidor de Santa Cruz e Jenipapo. Consideram mais compensador vender a arroba do “gado em pé”. Uma tentativa de solucionar o abastecimento de carne com interferência da Prefeitura foi afastada. Consideram as autoridades competentes que os consumidores ficariam devendo aos cofres públicos, sem perspectiva de saldar seus débitos.

Mesmo a terra para o fogão a lenha e a lenha para o fogo são de difícil obtenção, em virtude das distâncias e das interdições impostas pelos fazendeiros. Na estação chuvosa, adensa-se a movimentação das pessoas pelas pontes. As crianças distribuem-se por tais artérias por causa da alagação, que inunda caminhos, campos de futebol e locais onde se costuma apanhar água e recolher lenha. Por ser o período da entressafra, os pescadores podem ser encontrados mais amiúde, próximos às suas habitações, procedendo aos reparos nas redes de pesca arrebatadas e empenhados na preparação dos equipamentos necessários à pesca de verão. Agrupam-se mais junto aos terraços das casas dos chamados donos de rede, onde os materiais são usualmente

pendurados nos caibros, bem junto ao teto do cômodo de entrada. Um pedaço de lata afunilado e perpassado pela corda que envolve as redes protege-as da ação dos roedores. As redes com suas bóias de cortiça ou plástico, as “japonesas”, parecem flutuar sobre os paneiros com alça, usados para tirar peixes, e os diferentes remos e arpões amontoados nos cantos daquele cômodo.

Se porventura começar a chover forte, os pescadores saem do terraço e apertam-se no primeiro aposento da casa²⁰, onde, geralmente, há uma mesa ou “banca de comer” e alguns tamboretos de madeira, mais conhecidos como mochos. Passam a trabalhar ali, consertando as redes de arrasto e recompondo os buracos na malha. Para tanto, utilizam uma agulha de madeira com linha de algodão, para tecer as partes rompidas. Também reparam a malhadeira, feita de fio de nylon, mais usada no período de chuvas, já que não precisa secar. A fim de repor os materiais já depreciados e condenados ao desuso, os pescadores começam a tecer as redes para a próxima safra, que deverão ser concluídas pelas mulheres que exercem tal ofício e que são localmente denominadas de tecedeiras.

Recuperam ainda os arpões, examinando o estado da linha presa no prego da haste, a chamada linha arpoadeira. A haste é de maçaranduba, confeccionada com orientação direta dos carpinteiros. Deve ter as dimensões exatas, já que o “cálculo” do arremesso tem de ser preciso ou não se obtém qualquer resultado. Tanto a confecção do instrumento de trabalho, quanto a verificação de suas condições para uso e a sua própria utilização²¹ devem ser criteriosas, conforme afirmam os pescadores. Fazem parte da competência e dos saberes intrínsecos ao considerado “bom pescador”, e o distinguem dos demais. Como

²⁰ Nos dias em que estivemos no povoado, na segunda etapa de campo, em fins de janeiro, este era o local mais apropriado para as conversas informais e para a realização das entrevistas. Havia sempre um clima propício a conversas, com muita zombaria e jocosidade, sobretudo, quando, explicando a pesca, os pescadores indicavam as ferradas de arraia e as mordidas de piranha.

²¹ Segundo um dos pescadores entrevistados, para se jogar um arpão, faz-se necessário saber a direção que toma o peixe, onde ele se encontra – já que o espelho d’água produz reflexos – e a profundidade em que se encontra. A identificação do local exato e da profundidade orienta a força física que deve ser despendida no arremesso. Há varios tipos de arpão, de diferentes tamanhos: os maiores são usados para fisgar pirarucus e os menores, para os jacarés. Os pescadores relatam que a denominada *flecha* (conjugação da haste, do arpão e da linha arpoadeira) não é igual à dos índios, já que a ponta do arpão é encastada e sai. A dos índios, segundo asseveram, não sai jamais, constituindo-se numa peça única. O uso dos instrumentos de trabalho serve como uma afirmação da identidade de pescadores, por meio da aplicação de técnicas mais aperfeiçoadas do que aquelas atribuídas usualmente aos índios.

sublinha um dos pescadores entrevistados: "Aqui nada tem de puçangas. É cálculo. Os puçangueiros é que trabalham com a sorte".

Das pontes do Jenipapo, no período de chuvas, podem-se avistar as canoas de inúmeros pescadores, que jogam suas tarrafas. É uma atividade que se repete a cada manhã de inverno, cujo objetivo é suprir as necessidades básicas. Denomina-se bóia, porque se destina à aquisição da farinha diariamente necessária para compor a dieta alimentar²². Os demais gêneros são obtidos tão-somente nos dias em que a pescaria é mais promissora. Podem-se ver então as crianças caminhando pelas pontes, carregando uma enfiada de peixes para a venda. Os peixes, de diferentes espécies, são atados por um cipó, que é introduzido em suas guelras, constituindo a cambada. O fruto da venda do produto é usado para adquirir sal, açúcar, óleo e fósforo em quantidades que quase nunca ultrapassam as necessidades de consumo correspondentes a uma semana. O inverno é considerado, pois, o tempo de maior "precisão", isto é, de mais dificuldades para assegurar a alimentação e de diversas enfermidades provocadas pelas deficiências habituais dos nutritivos elementares. O excedente potencial só estaria ao alcance dos chamados donos de rede, o que evidencia uma estratificação social e uma diferenciação de papéis entre os pescadores do Jenipapo. Esses mesmos donos de rede, entretanto, são compelidos a lançar tarrafas em meados do inverno, quando se agravam as dificuldades para o abastecimento de suas famílias. A unidade do cálculo econômico, quer seja de produção, quer seja de consumo, é diária. Não é possível operar com pequenos estoques ou gêneros alimentícios armazenados para dois ou três dias.

Nesse contexto de escassez, não é tampouco possível obter crédito. Nos estabelecimentos comerciais, predominam as vendas à vista. Segundo os pescadores, o "fiado", uma das instituições mais caras ao sistema tradicional de aviamento, restringe-se hoje a apenas alguns

²² Nesse período chuvoso, a dieta básica compõe-se de peixe fresco com farinha. Uma situação de monotonia alimentar, na qual as famílias de pescadores alimentam-se à base de um número por demais restrito de substâncias alimentares.

²³ Entrevistando uma dessas merendeiras, tivemos acesso ao caderno em que são anotadas suas dívidas no comércio. Conforme essa senhora, que vive com o marido, um filho de 19 anos e outro de 14 anos, os produtos listados ali se referiam "ao cardápio da gente todo mês". Estávamos no dia 25 de janeiro, e da lista constavam os seguintes produtos: alimentação: biscoito salgado (2 pacotes), biscoito maizena (1 pacote), roscas (1 quilo e 100 gramas), manteiga (1 pacote), açúcar (5 quilos e meio), leite (1 pacote), sopa (1 saquinho), colorau (1 pacote), alho (2 cabeças), refresco em pó (3 saquinhos), farinha (5 quilos); material de limpeza: sabão em pó (1 caixa), água sanitária (1 litro), sabão (1/2 barra) e bombril (1 pacote); higiene pessoal: pasta de dente (1 tubo), papel higiênico (1/2 pacote); outros: velas (12), remédio para gripe (2 comprimidos).

assalariados, que trabalham no serviço público (professoras, merendeiras²³ e serventes do Grupo Escolar, funcionários da prefeitura municipal, inclusive aqueles com contratos para prestação de serviços, como a construção de pontes, enfermeiras, policiais), e aos aposentados: "As quitandas só vendem fiado para os funcionários e aposentados, que têm ganho certo".

4 - OS FUNDOS CERIMONIAIS

Os componentes simbólicos das trocas econômicas entre os pequenos produtores rurais de regiões vizinhas, chamados goiabas, e os pescadores do Jenipapo tornam-se manifestos nas festas de Santo²⁴. Os patrocinadores das cerimônias religiosas, designados localmente como festeiros, enumeram demandas de bens específicos. Para atendê-las, é preciso recorrer às redes de troca mais abrangentes, que envolvem pequenos produtores agrícolas e extrativistas. As festas ocorrem principalmente no fim do primeiro mês do período de safra, no verão, e no final desse mesmo período. Pode-se adiantar que o calendário das festividades religiosas acha-se vinculado às etapas do calendário de produção, quando o grupo possui um montante de recursos superior ao fundo de manutenção necessário a sua reprodução simples.

A festa do padroeiro, São Pedro, acontece invariavelmente no dia 7 de setembro. Como a abertura da temporada da pesca ocorre na primeira semana de agosto, após as agruras do inverno, os grupos domésticos já lograram alguns resultados na pesca. Podem, portanto, contribuir com espórtulas, que serão reunidas e administradas pelos denominados festeiros. No momento atual, não se observa a participação de clérigos na organização das seqüências cerimoniais que compõem as festas de santo. Os encarregados da festa dirigem inclusive os cultos religiosos, como as rezas e as novenas. No passado, a composição dos fundos cerimoniais era determinada pelo resultado das andanças das chamadas "comissões", que recolhiam donativos e oferendas nos povoados da borda do lago Arari e mesmo nas casas dos pescadores que então moravam em terras das fazendas, mais próximas dos rios

²⁴ Esse relato sucinto das festas de santo foi possível a partir de duas entrevistas. A primeira com uma senhora que contribui para a organização dos festejos e a outra com um jovem que participa das etapas de carregar, assentar e derrubar os mastros. Quanto ao Círio de Nazaré, realizado no dia 8 de novembro, as referências são menores. A imagem da santa é conduzida em procissão por via terrestre, do povoado do Jenipapo até Santa Cruz, sede do município.

Arari e Anajás-Miri. Atualmente, observam-se alterações nessa composição: “O Santo não esmola. Dantes ele saía, uma imagem pequena. Esse ano não saiu...”

As estiagens prolongadas afetaram diretamente as quantidades pescadas. Os poucos resultados refletiram-se por sua vez no reduzido montante de recursos disponíveis para a festa do santo. Os esforços dos pescadores, neste período de escassez, voltaram-se fundamentalmente para a reposição das necessidades dos grupos domésticos e não lograram condições materiais para os excedentes cerimoniais e de natureza religiosa.

A outra festa de santo, por assim dizer, encerra a safra. Trata-se da festa do “Glorioso São Benedito”, que ocorre entre 24 e 26 de dezembro. Nesse ritual, os festeiros não mudam a cada ano. Há uma senhora que é festeira constante. Cabe a ela organizar a chamada “festa dos pretos” e receber as doações de galinhas, patos e marrecos. A festa estende-se por uma semana, no salão junto à capela do santo. Como os festejos coincidem com o final da safra, os pescadores idealmente dispõem de maiores recursos. Há uma “comissão” destinada a angariar fundos, que vai de casa em casa, percorrendo ainda o interior do município e regiões mais afastadas de municípios vizinhos (Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari). A comissão alcança os moradores das fazendas localizadas rio abaixo, sempre na margem direita do Arari, entre as quais foram mencionadas as seguintes: Menino Jesus, Loreto e Nossa Senhora da Guia; não se dirigem, entretanto, às fazendas da borda do Lago Arari ou da margem oposta do rio. O itinerário delimita os planos sociais distintos das redes de solidariedade e dos territórios dos potenciais adversários.

As festas são marcadas pelos atos iniciais de carregar os três mastros e enterrá-los. As velas gotejam diante dos ícones, simbolizando graças alcançadas e promessas. À noite os tambores podem ser ouvidos a distância. Encerram-se as comemorações com a derrubada dos mastros, correspondentes aos homens, às mulheres e às crianças. Os troncos de madeira para os mastros vêm de fora da região do lago Arari, onde não há matas com árvores grossas e mais avantajadas. Os organizadores das festas encomendam os denominados “paus do santo” aos canoeiros que tradicionalmente abastecem o Jenipapo de produtos agrícolas e extrativos. Quem se encarrega de escolhê-los, cortá-los e transportá-los até o povoado do Jenipapo, para que sejam devidamente enfeitados, são os chamados goiabas. Fazem-no quando os pescadores já organizaram seus fundos cerimoniais com os respectivos equivalentes de troca: peixes frescos, caso da festa de São Pedro, ou peixes já salgados, caso mais usual de fim da safra, isto é, na festa de São Benedito: “Eles

[os goiabas] toram o pau. O gerente da festa compra os três paus com o dinheiro do santo. Aí que ele vai pintar, vai mandar tinta”.

Os canoieiros desembarcam os mastros numa das extremidades do Jenipapo, mais próxima do lago Arari, mais conhecida como Ponta da Pescada. Logo após, os devotos vão transportá-los nos ombros, saudados por tambores e fogos de artifício, até a casa dos festeiros, onde serão pintados²⁵ e preparados para as subseqüentes etapas do ritual.

Importa observar que parte dos fundos dos cerimoniais religiosos são transferidos para outros grupos sociais, no contexto de relações de trocas horizontais e de reciprocidade positiva, sem que haja situações de assimetria ou de retenção indevida. Semelhante fato revela que, se, de um lado, o tamanho desses fundos depende dos resultados da safra, de outro, essa questão pode ser relativa, já que o sistema de relações mercantis existe para além do domínio específico de rituais religiosos. Para ser mantido equilibrado, esse sistema de trocas pode conhecer reveses contingenciais e assimilá-los. Em outras palavras, sempre há festejos e as madeiras para os mastros são transportadas, mesmo que não haja recursos suficientes para remunerar os canoieiros de Ponta de Pedras. Pode-se afirmar que, nessas trocas horizontais, estão implícitas estratégias de resistência às adversidades, que tanto incluem o crédito, quanto expressam relações solidárias impossíveis de serem mensuradas monetariamente.

5 AS TENTATIVAS DE RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS

Para conseguir uma água de melhor qualidade, além de usar hipoclorito e filtros, as mulheres de Jenipapo, durante o inverno, enchem os “tamborões” com água da chuva. Desse reservatório, no início do verão, sai a água utilizada para a lavagem de roupas, em bacias, no “terraço das casas”, para “arear vasilhas” no “lavatório”, que consiste numa tábua apoiada do lado de fora da janela da cozinha, ao lado do “tamborão”, para “assear” a casa, ou seja, lavar, varrer e espanar, para preparar a “bebida” (café, chá de erva cidreira ou chá de capim marinho), o almoço e o chamado “chibezinho” (mistura de água com farinha, levada pelos homens nas pescarias). Dona Gladis, de 66 anos, dona de casa que também tece redes de pesca por encomenda e lava roupas para fora, assim descreve esse cotidiano:

²⁵ As cores dos mastros da festa de São Pedro são as seguintes: vermelho, branco, verde e amarelo, com variações para rosa e azul. No caso da festa de São Benedito, há também mastros apenas em preto e branco.

De casa e lavar uma roupinha, preparar o almoçozinho, fazer a bebida, assear a casa... Além de ser velhinha, porca não dá, tem que assear. Zelar com os filhos, lavar a roupa deles, preparar almoçozinho para eles. A água nós buscamos no rio, para beber, para cozinhar, fazer tudo!

A terra, necessária para a instalação das chamadas "hortas", "jiraus" ou "canteiros" suspensos, onde as mulheres plantam verduras, legumes, árvores frutíferas e ervas aromáticas ou curativas, é obtida por processos variados, geralmente sendo transportada, por etapas, de locais mais elevados, que localmente são designados como tesos. Com técnicas artesanais de aterramento, foram construídas pequenas elevações, sendo a terra recolhida paneiro após paneiro, em verões sucessivos, e depositada nos fundos das casas, onde os restos da cozinha são cotidianamente atirados. As técnicas de terraciamento conjugam-se com as de compostagem. Para que a terra acumulada não escoe com a descida do nível das águas, erguem antes uma pequena contenção de madeira. De maneira concomitante, dá-se a contenção dos materiais orgânicos. Para tanto, utilizam as sobras das edificações e os troncos caídos nas matas ciliares, que, ladeando o curso do rio Arari, aos poucos vão deixando as raízes à mostra e sucumbindo à ação do tempo. O povoado de Jenipapo é, assim, pontilhado de aterros, erguidos nos fundos das casas, construídos pelos moradores. A terra é, em certa medida, uma construção dos homens e não da natureza. Trata-se, em verdade, de uma terra fabricada pelo esforço físico dos membros de cada grupo familiar.

Numa arqueologia de superfície, poder-se-ia aproximar essas técnicas de terraciamento dos pescadores de Jenipapo, rústicas e imperfeitas, porém eficazes, daquelas dos chamados "tesos indígenas"²⁶. As camadas superpostas e os sedimentos orgânicos acumulados a cada vazante vão alteando os aterros. A altura e a largura que lhes correspondem são determinadas diretamente pela capacidade física que o grupo familiar tem de carregar terra por razoáveis distâncias e de cercar. As reservas hídricas do solo mantêm-se constantemente elevadas, o que favorece o viço dos pequenos plantios. Para consolidar as diferentes camadas, plantam algumas espécies de "fruteiras" (taperebá, bananeiras), cujas raízes se espalham e dão firmeza aos aterros. A camada superior do aterro é sempre nova e acolhe os pequenos cultivos

²⁶ Sobre os tesos artificiais da ilha do Marajó, ver Meggers e Evans (1954).

de ciclo curto: verduras e legumes. Cada edificação possui ademais seus canteiros suspensos e seus jiraus erguidos sobre vãos de madeira, sem contato mais direto com o solo, como se verá mais adiante. Cabe às mulheres a administração desses três tipos de terras cultivadas.

Dona Gladis reside em uma casa sobre estacas bem altas, longe da terra, e das primeiras a serem alagadas na estação chuvosa, o que a impede de plantar: "Planto nada, porque não tem condição. Agora é terra, mas o inverno quando vem é grande, e seis meses sem pisar na terra, e seis meses lá, só dentro de casa, olhando. Quem dera desse! Uma banana, um coco, uma mandioca. Nós não temos isso..."

Uma outra senhora, Dona Fátima, de 51 anos, esposa de pescador e mãe de 14 filhos, ajuda o marido em um pequeno comércio de frutas e legumes, que compra de agricultores do município de Ponta de Pedras, cerca de 10 horas de viagem rio Arari abaixo. Também costura, cozinha para fora e vende, pelo sistema de catálogos e reembolso postal, confecções, produtos de beleza e de higiene pessoal, além de cápsulas e vitaminas "naturais" (industrializadas). Ela tem em sua residência diversos "canteiros" e ensina como fazê-los:

A gente pega as tábuas, 8 tábuas com todo o comprimento, e faz tipo uma caixa. Se for aqui no fundo, põe como se fosse fazer um terracinho. Finca 4 ou 6 paus e finca aquela caixa em cima. Depois de pronta, começa a jogar terra. Vai uma camada de terra grossa daqui mesmo. É melhor a terra queimada. Toca fogo no cerrado e junta aquela terra que se queimou. Depois de molhar, começa a semear as plantas. Aqui no interior tem o estrume do gado, do boi, e aí aduba a terra.

No peitoril da janela do cômodo de sua casa que fica de frente para a ponte, Dona Fátima tem diversos vasos (feitos com latas ou vasilhas plásticas fora de uso) de flores, que ela chama de "terezinhas". No terraço, sob essa janela, há dois canteiros grandes, um plantado com couve e chicória, e o outro, com tomate. Ao lado deles, uma velha bacia de metal repleta de uma planta rasteira chamada "onze horas". Dona Fátima sonha em ter um aterro, mas a terra que tem, e a que pode conseguir, só lhe permite fazer canteiros: "Para fazer o aterro, tem de pegar um trator. Se não, pegar a terra e ir jogando ali, vai jogando até onde a terra não pode chegar. Eu, como não tenho terra para fazer um aterro, eu quero fazer um novo canteiro".

Uma outra senhora que entrevistamos, Dona Manuela, durante o

dia trabalha como merendeira no Grupo Escolar, contando com a ajuda do filho adolescente para cuidar da casa. Seu filho mais velho já sai para pescar, e as filhas estão empregadas em Belém. Após ter um canteiro por alguns anos, Dona Manuela desistiu de conservá-lo, alegando tratar-se de atividade muito dispendiosa. Se fazia os canteiros em vasilhames plásticos, eles acabavam quebrando. Um maior, suspenso, feito de madeira, apodreceu com as águas. Além disso, sua casa é “no fundo”, o que exigiria um trabalho intensivo de terraciamento além das possibilidades de seu reduzido grupo familiar: “É bom quando é assim, na terra. Tem poucos canteiros aqui no Jenipapo porque dá um serviço! Dá um serviço maluco! De estar chegando esse tempo e estar aterrando, estar jogando a terra, para as plantas não morrer”.

Dona Bituca, vizinha de Dona Manuela, tem atrás da casa um aterro. Para construí-lo, explica Dona Manuela, colaborou o fato de já ter um terreno ligeiramente mais elevado ou um chamado teso, próprio para “aterrar um canteiro”:

Ela finca um pau assim. É só mulher que faz, a horta. Ela só finca os paus e aterra. Só ela, com dois filhos. Ela enche de terra, roça esses cerrados aí e cava com a enxada, carrega nas vasilhas. Terra queimada, queima o capim e dá aquela terra fofa. Ela vai com umas vasilhas e vai enchendo. Aí as plantas não morrem. Lá é mais teso. Eles aterram bem para ficar mais teso. Ela teve como jogar terra porque não é muito fundo.

O esforço físico e o extremo zelo dessas mulheres e seus grupos domésticos são eficazes, notadamente num contexto de conflito aberto e manifesto, em que os antagonistas procuram inviabilizar suas possibilidades de reprodução física pelo cerceamento dos direitos à pesca fluvial e lacustre. Percorrendo as pontes do povoado, percebe-se ainda nos aterros, hortas, canteiros e jiraus, uma variedade de flores, ervas medicinais, legumes, temperos e árvores frutíferas. Os moradores desenvolvem um herbário caseiro, obtendo remédios de origem vegetal, que são antídotos para todos os tipos de mal-estares cotidianos: “dores de cabeça”, “nervosismo” e outros males comuns. Houve menções vagas a plantas abortivas que, entretanto, jamais foram diretamente observadas pelos pesquisadores. Adotam-se regras de plantio, conservação e uso que são amplamente partilhadas. Para os chás e banhos, são previstos procedimentos como lavar bem as folhas, secá-las à sombra e armazená-

las em local arejado. Os chás devem sempre ser coados.

Dona Ana enquadra-se na categoria de mulheres que realizam uma ação curativa. No seu canteiro, predominam as denominadas "plantas de remédio". Enquanto fazíamos uma entrevista, crianças vieram pedir-lhe "mocotó", que ela entregou em um pequeno frasco e explicou que se trata de um líquido retirado da pata do gado: pessoas com "fraqueza no juízo" devem passá-lo na frente; pessoas com insônia devem misturá-lo ao café torrado. Sobre as ervas de seu canteiro, que fez com a terra que carregou de uma moradia a outra, obtivemos as seguintes informações:

A gengibre é bom de tomar o chá, da folha e da raiz, e a batata dela é bom para friadagem. Quando deu ano passado aquela doença, a cólera, dava muita câibra. Aí então a pessoa bate a gengibre e mistura com álcool, azeite de andiroba e quando não com o amoníaco, para passar. A batata eu mastigo, é bom para friadagem na garganta. Do capim-marinho eu faço chá. O amor-crescido é uma plantinha para dor. O desinflama é para mulher com problema de útero. A chicória e que coloca no peixe fresco, é muito bom. A quebradeira é para rim e prisão de urina. A quebradeira grelou na terra, eu não plantei, trouxe essa terra da dita casa que eu estava no ano passado.

Foram registradas as seguintes espécies nos canteiros, jiraus e aterros, em conformidade com as próprias designações utilizadas pelos entrevistados:

"Plantas de remédio"	Legumes, verduras e raízes	Temperos	Árvores frutíferas
Gengibre	Tomate	Chicória (sabor de coentro)	Taperebá
Capim-marinho	Couve	Favaca (ou alfavaca)	Ameixa
Amor-crescido	Couve-manteiga		Conde
Desinflama	Quiabo		Limoeiro
Quebradeira	Cariru		Laranjeira
Anador	Mandioca		Goiabeira
Jamacaru			Bananeira
Quaramina			Coqueiro

Quadro 1: Produção dos canteiros e aterros do povoado de Jenipapo (fevereiro de 1994).

6 A CRIAÇÃO

Durante o verão, galinhas e porcos²⁷ são criados soltos, no terreno de uso comum que se estende sob o casario, também denominado “terreiro”. Num aparente descontrole, os animais mantêm-se dispersos²⁸. Com atenção, termina-se percebendo as marcas distintivas: galinhas com pedaços de pano coloridos amarrados nas asas, penas pintadas com tintas de cores vivas, e porcos com marcas nas orelhas representam sinais indiscutíveis de propriedade. Os moreadores combinam as formas de uso comum dos recursos naturais, mantidos abertos, com a apropriação privada dos animais e aves que criam. Os terreiros correspondentes às casas entrecruzam-se e não podem ser fisicamente separados ou constituir domínios individualizados, as aves transitam livremente por eles quando as águas baixam. As delimitações são imaginárias e acompanham o deslocamento dos animais de cada grupo familiar. Os cercamentos são feitos tão-somente em torno dos aterros onde a terra foi construída. Observando a criação de galinhas, durante a estação chuvosa, verificamos que são mantidas presas nos chamados galinheiros ou em abrigos precários, erguidos junto às habitações, formados por quatro esteios de madeira cobertos por uma velha rede de pesca em desuso e um pedaço de lona ou plástico.

Dona Manuela cria galinhas para que, no inverno, com a escassez do peixe, os membros de sua família possam ter um reforço alimentar: “Tem galinha, cria solta, anda aí nos terreiros. No verão eu tinha oitenta bicos, quando o peixe começa a ficar difícil, tem a galinha para comer”.

Nos meses de inverno, homens e mulheres recolhem nas margens do rio Arari camadas de capim flutuante, que descem os rios e igarapés impelidas pela força das águas crescidas pelas chuvas incessantes. São os chamados “barrancos”, ou ainda “barrancos de canarana”, formados com a acumulação de toijas de canarana, de mururé e demais espécies vegetais carregadas pelas águas. Com eles as mulheres fazem o que chamam de “flutuante”, isto é, uma ilhota onde mantêm durante o dia as galinhas. Ao entardecer, guardam a criação dentro das próprias casas.

²⁷ Os porcos são de responsabilidade dos homens do grupo familiar e devem ser guardados sob as edificações durante o verão. No período chuvoso, são mantidos nos aterros levantados nos fundos das casas e, se não há aterros, são criados amarrados nos terraços.

²⁸ Segundo um relato de um velho pescador, esses animais domésticos, como o gado, seriam “criados à bangu”, isto é, soltos em terras e aguadas de uso comum onde se misturam, numa aparente indiferenciação, animais de diferentes donos.

7 O FOGÃO

O fogão mais utilizado nas casas palafitadas do Jenipapo é o fogão a lenha, que consiste numa caixa de madeira retangular, com terra dentro. São feitas referências ainda a fogões a carvão (feitos de ferro) e a fogões a gás. Todas as informantes disseram possuir um fogão a gás, embora não o estivessem utilizando, conforme sublinharam, em virtude do preço elevado do botijão, que é transportado por via fluvial desde Cachoeira do Arari, seis horas rio abaixo, em barcos a motor:

Comprei um fogão desses de segunda mão, escangalhou, eu não tive condições de comprar outro. Eu trabalho é com fogão a lenha. (Dona Gladis)

Tem mais é fogão de gás. Mas para assar o peixe é mesmo na lenha, ou no carvão. Muda o gosto, porque a lenha às vezes deixa fumaça, o carvão não. (Dona Elis, 42 anos, merendeira no Grupo Escolar, esposa de pescador)

Butano é só nas outras casas. Aqui é só fogão a lenha. Essezinho que eu trabalho aí é só mesmo na lenha. Uma caixinha de madeira, coloca terra. Aí a gente faz em cima da terra, coloca a lenha. (Dona Ana)

Meu fogão é a gás. Quando acaba o gás, vai para a lenha. (Dona Manuela)

Os homens que saem para pescar mais distante, para os lados do canal Tartaruga, no extremo oposto do lago Arari, usam um fogão especial. Essa pesca destina-se à produção de peixe salgado. Geralmente vão dois homens e permanecem pescando e salgando de 8 a 15 dias, enquanto o sal não desmanchar²⁹. O fogão é feito com um latão de querosene, sem o tampo, que é substituído por uma grelha, e com uma abertura lateral, para a introdução da lenha. Conforme a época do ano e o destino do barco, a lenha é levada de casa.

Assim, para cozinhar, há a necessidade imediata de terra e de lenha, dois produtos que não se obtêm facilmente. Se a terra pode ser obtida

²⁹ No inverno, pescam de rede de fio de nylon, e levam de um a dois sacos de sal de 30 a 25 Kg. No verão pescam mais com tarrafa, e levam maior quantidade de sal. Quando a pesca do dia encerra, um dos dois pescadores cozinha, enquanto o outro abre o peixe. Também são divididas as tarefas de consertar as tarrafas destruídas por piranhas, salgar o peixe, e arrumar um local (ou "agasalho", como se diz em Jenipapo) para dormir. No inverno, dormem na própria canoa. No verão, na margem do rio, embaixo de uma barraca de enchedo.

em alguma casa com terreno mais teso, ou em margens desertas de rio, a lenha é conseguida de duas maneiras: ou na natureza, ou nos estabelecimentos comerciais. No primeiro caso, as mulheres e crianças atravessam o rio, de barco, e na outra margem procuram as árvores próprias para lenha, sobretudo a juteirana, a pitombeira, o aturiá e a iriuri. Recolhem galhos secos em quantidades proporcionais às pequenas embarcações. As mulheres não fazem uso de machados, portando apenas facões. Ao fazê-lo, juntamente com as crianças, expõem-se aos constrangimentos da vigilância belicosa de pistoleiros a serviço de fazendeiros que usurpam as margens externas do rio, que legalmente são de domínio público. Embora haja uma tensão cotidiana e permanente, não registramos ocorrências com vítimas nesse contexto:

Consegue lenha aí, pelos matos, do outro lado do rio. Tem árvore própria para lenhas: folha miúda, pitombeira, iriuri, juteirana. A gente vai lá, corta e traz. (Dona Manuela)

Eu, mamãe, chamamos os meninos aí, encosta o barco na beira, corta e vem embora. É verão, e inverno. Termina o gás, não tem dinheiro para comprar. (Airton, filho de Dona Manuela)

Como outras mulheres, Dona Ana, quando dispõe de recursos e acha-se impossibilitada de atravessar o rio, compra lenha nos pequenos estabelecimentos comerciais, dos “quitandeiros”. Usa também a madeira gasta e em desuso de casas e pontes abandonadas: “Eu parto lenha para poder fazer a comida. Pau velho, de madeira velha, desse assoalho aí mesmo. Ou compro nesses quitandeiros. Eles compram dos goiabas, uns homens que vêm de Ponta de Pedras, trazem achas para dono de padaria”.

8 A COMIDA

Sem terra disponível, com pouca produtividade nos pequenos canteiros e aterros e longe dos mercados de gêneros alimentícios, as famílias do Jenipapo encontram dificuldades para suprir as necessidades elementares. No inverno, mesmo tendo dinheiro, é difícil encontrar alimentos à venda. O peixe torna-se escasso e farinha não há. Dona Elis assim define as dificuldades desse período de entressafra: “Tempo desses, para cá, é muito faminto. O ramo de vida do pobre é só o triste peixe, acabou...”

Os geógrafos, como Hurley, que produziram relevantes análises sobre a pesca no Pará nos anos 30 do século passado, constróem uma

divisão sexual e etária do trabalho, chamando a atenção para o fato de a agricultura (nesses grupos domésticos) constituir-se numa atividade feminina: “O pescador-lavrador tem sempre em casa uma boa farinha, torrada e cheirosa, que a mulher e as filhas fabricam para a semana” (HURLEY, 1933, p. 16).

No caso do Jenipapo, embora o trabalho feminino compreenda as atividades nos pequenos cultivos nos aterros, não se pode falar em “pescador-lavrador”. O que é produzido em termos agrícolas o é no limite dos canteiros; nem sequer supre as necessidades básicas de subsistência do grupo doméstico. O peixe, por outro lado, não é pescado apenas para o consumo próprio e não tem apenas valor de uso; tem um equivalente monetário, com valor de troca estabelecido no momento da aquisição de gêneros alimentícios – escassos ou inexistentes localmente – produzidos pelos pequenos produtores rurais das regiões vizinhas. O excedente alimentar produzido pela economia desses pequenos agricultores estimula, por sua vez, uma atividade comercial cada vez mais difusa. São os denominados goiabas e os chamadas costauaras que concorrem para o abastecimento do Jenipapo. Os primeiros vêm do município de Ponta de Pedras, onde se dedicam apenas à agricultura. Em barcos carregados de frutas, legumes, farinha e lenha, sobem o rio Arari, vindo abastecer o Jenipapo e Santa Cruz do Arari. Despendem no mínimo oito horas nesse trajeto. Além de vender sua produção, os goiabas têm interesse em comprar o peixe, ou “bóia”, como se dito na região, dos pescadores de Jenipapo. Quem assim narra é Dona Elis, dona de casa que não prescinde do tucupi e do limão trazido pelos goiabas, para preparar peixe assado:

Eles vêm de motorzinho, de lanchinha. É fruta, é madeira, tucupi, manga, banana, tucumã, cana. Para lá eles têm a roça deles, eles vêm vender. Para lá eles têm os sítios. Para lá já é difícil o negócio da bóia, peixe. Para gente facilita o peixe. Eles não têm. Então a gente faz negócio com eles.
(Dona Elis)

Essa situação de mercado, tal como narrada, mostra que a auto-suficiência inexistente para diferentes grupos sociais, seja de pequenos produtores agrícolas, seja de pescadores. Em virtude disso, os portos e trapiches constituem praças de mercado informais ou pontos de articulação de grupos ligados a diferentes atividades econômicas (costauaras, goiabas, pescadores, pequenos criadores e comerciantes), regidas pelos ciclos sazonais de mercado, que visam assegurar a produção permanente e as condições para sua reprodução. Quem tem o

peixe sabe aonde se dirigir para obter farinha. Por serem trocas horizontais, ou seja, quem produz os bens e quem os consome ocupam posições similares na organização social, há situações de reciprocidade, com valores equilibrados. Os preços, entretanto, não são regulados, e o mercado é livre, conformando trocas diversas. No caso do peixe, esses circuitos de mercado têm um funcionamento regular, a partir principalmente do fim do verão, quando idealmente cessaria o controle dos preços pelos comerciantes maiores, chamados consignatários e geleiros, e se iniciariam as atividades de salgamento.

Verifica-se, no entanto, uma tendência de revigoramento e de expansão desses circuitos de mercado informal, por causa da relativa desagregação atual dos denominados consignatários. A consolidação de centros costumeiros de trocas e de mecanismos informais sucede ao colapso do sistema de aviamento, que se apoiava nos adiantamentos propiciados por comerciantes, geleiros e consignatários, disciplinando as condutas nas trocas econômicas. A queda na produção de pescado teria levado ao retraimento dos comerciantes.

A propósito, vale sublinhar, que nos anos 50-60, havia no Jenipapo 41 (quarenta e um) estabelecimentos comerciais operando com gêneros alimentícios básicos e artefatos elementares para a pesca. Funcionavam tanto na estação chuvosa, quanto no período mais seco, apoiados no sistema de aviamento. No verão, os atos de compra e venda realizavam-se embaixo das próprias edificações palafitadas que abrigavam aqueles estabelecimentos. No momento atual, há no Jenipapo apenas quatro "quitandas", como afirmou o pescador Januário, para suprir o povoado com gêneros alimentícios, e não logram um abastecimento regular. Além do mais, como já foi dito anteriormente, só vendem à vista, e não há mais adiantamentos para serem saldados na safra. Desse modo, microcircuitos de troca vão adquirindo uma feição permanente, rompendo com a idéia de ciclo sazonal de mercado e com os dispositivos de controle institucional, como as barreiras de arrecadação de impostos e congêneres³⁰. Há uma especialização na circulação, na qual os

³⁰ Em anos passados, eram os estabelecimentos dos grandes comerciantes de peixe que organizavam todos esses circuitos de troca, inclusive os que envolviam madeiras. De maneira concomitante, monopolizavam as mercadorias essenciais, os instrumentos de trabalho e controlavam a produção pesqueira. Com a relativa desagregação dos mecanismos urdidos pelos chamados *consignatários*, foram sendo criadas as condições para a emergência dos mercados livres. Atente-se para um dos momentos dessa ruptura, que teria coincido com o falecimento do principal comerciante do Jenipapo, como narrado por um pescador de épocas pretéritas: "Tinha muitas quitandas que salgava os peixes e comprava madeira. Quem mais comprava madeira era o Sr. João Farias de Barro, que fazia canoa para todo mundo. *Depois que ele morreu é que vieram os marreteiros*" (grifo nosso).

pescadores vão informalmente abastecer, de maneira mais regular, os chamados goiabas e costauaras, enquanto estes, em contrapartida, se encarregam de supri-los com os produtos agrícolas. O enfraquecimento circunstancial dos denominados consignatários e, em decorrência, o afrouxamento dos rígidos mecanismos que instituem e tornam permanente a dívida, estimulam, de forma indireta, essas trocas livres, em pequena escala. Florescem pequenas iniciativas comerciais, ainda incipientes, mas vigorosas o bastante, já que ocorrem livremente entre produtores diretos, que têm, simultaneamente, nos próprios grupos domésticos, os integrantes de sua unidade produtiva e da colocação dos produtos no mercado.

O marido de Dona Fátima, que, como vimos, produz peixe salgado, vende-o sempre para famílias de agricultores de Ponta de Pedras. Estes, quando vêm ao Jenipapo, vendem sua produção para Dona Fátima abastecer sua “venda” em formação. As diferenciações entre as atividades agrícolas e a pesca aparecem em duas observações de mulheres do Jenipapo, Dona Fátima e Dona Elis. Segundo a primeira, os goiabas vêm vender no povoado porque em Ponta de Pedras o mercado de consumo dos produtos que colhem é menor, pois todos teriam acesso à terra e podem cultivá-la; já Dona Elis acredita que os agricultores têm mais mobilidade espacial que os pescadores:

Nos vendemos nosso produto do peixe em Ponta de Pedras, e eles vêm trazer as frutas aqui para gente. Às vezes, se tiver uma viagem que der para ir, a gente vai. Mas é difícil. A gente recompra deles aqui. São os mesmos que plantam que vendem. Eles têm o plantio deles, e lá não consomem tudo, porque todos têm. (Dona Fátima)

Se o pescador também vende em Ponta de Pedras? Não, porque os goiaba vêm. O tempo que o pescador ia para lá vender ele fica pescando. Quando ele volta ele já encontra. (Dona Elis)

Em estudo clássico sobre economia pesqueira, Firth (1975, p. 1-27) preocupou-se em refletir sobre o contraste entre a economia de comunidades de pescadores e uma economia agrícola, percebendo que, enquanto a produção agrícola é sazonal, com espaços sem recebimento de renda direta, a produção da pesca teria idealmente incrementos diários. O agricultor, por receber o produto de sua colheita no mais das vezes numa só época do ano, pode planejar o que poderá estocar para consumo e o que poderá vender, tendo o tempo calculado para essa

atividade. Já o pescador, que tem rendas diárias irregulares, não pode estocar e precisa realizar sua atividade diariamente. Finalmente, se a principal colheita do agricultor é também sua base alimentar, o pescador não vive apenas de peixe, necessita da farinha, de vegetais e de frutas. As observações feitas pelas mulheres de Jenipapo, Dona Fátima e Dona Elis, podem ser aproximadas das reflexões teóricas acima, ao apontar a complementaridade efetiva entre os processos produtivos da pequena agricultura e da pesca artesanal, ambos de base familiar. Suas observações também se aplicam ao caso dos chamados costauaras, agricultores que habitam ao norte da ilha de Marajó. O Sr. Manoel, um velho pescador de 72 anos, assim descreve a terra natal dos costauaras e sua passagem pelo Jenipapo: "Moram lá onde o mar debruça, e sempre no inverno passam com suas igarités pelo Jenipapo, no rumo de Belém, com muitas frutas, como jaca, graviola, açai, bacuripari. Vão para Belém vender na feira do Açai".

Haveria relações de troca entre as regiões da ilha de Marajó, numa complementaridade de gêneros para o consumo básico. As estratégias de consumo de bens essenciais aparecem, dessa forma, condicionadas aos resultados da pesca e das demais atividades necessárias para a manutenção da casa.

O consumo alimentar não inclui necessariamente o peixe salgado, cujo beneficiamento é fonte de renda para as mulheres, durante a "safra", visto que a dieta básica inclui notadamente o peixe fresco e a farinha. Isso força os grupos familiares, que não possuem condições de conservação do pescado, a se organizar para as atividades de pesca cotidianas, sazonalmente. O chefe de família administra o conjunto de membros do grupo numa divisão de trabalho voltada, durante o inverno, para o exercício diário da pesca com a finalidade de prover a casa. O produto do trabalho da pesca na entressafra, conforme já foi sublinhado, destina-se essencialmente ao consumo alimentar, mesmo quando as sobras são vendidas em "cambadas" pelas crianças nos locais das pontes mais próximos aos atracadouros e portos.

9 O SENSO DE INJUSTIÇA

Há um rígido controle do trânsito de pessoas à noite nas pontes do Jenipapo. O destacamento de polícia rural da PM mantém todos sob severa vigilância. À exceção dos sábados, segundo relato de uma das moradoras mais antigas, os bares do Jenipapo são obrigados a fechar as portas às 22 horas; após as 23 horas, é proibida a circulação de pessoas pelas pontes. Existe uma tensão constante por causa disso. Não

foi inclusive permitida a realização de entrevistas formais. Percebe-se que os entrevistados têm receio de narrar com pormenores algumas arbitrariedades comentadas à boca pequena.

O fato mais grave, que provocou a maior efervescência, ocorreu uma semana antes de chegarmos ao povoado para a segunda etapa de trabalho de campo, em 21 de janeiro de 1994. Atingiu o Sr. José Luís Leal de Almeida, mais conhecido como Surubim, então recém-empossado como presidente da Colônia de Pescadores Z-25. Consoante versão corrente, estaria ele com outros pescadores sentado num bar, à noite. Passava das 22 horas. Acercaram-se deles dois policiais militares e ordenaram que saíssem do bar, porque era proibido beber após 22 horas. O Sr. José Luís respondeu-lhes que deveriam dirigir-se ao proprietário do bar, dando-lhe ciência do fato. Os policiais militares não teriam gostado dessa resposta e, de pronto, ameaçaram prendê-lo. O Presidente da Z-25, que, segundo diversos pescadores, sempre carrega consigo um exemplar da Constituição no bolso, teria contra-argumentado, lendo uma passagem a respeito dos direitos do cidadão. Os policiais militares teriam se sentido desacatados e tentaram detê-lo. O Sr. José Luís recomendou-lhes a observância das leis, mas ainda assim foi detido. Afastando qualquer possibilidade de solução harmoniosa, os policiais militares alegaram que ele estaria bêbado e que iriam levá-lo à força. Ele teria então resistido. Os policiais militares ameaçaram algemá-lo. O Sr. José Luís retrucou que algemado não iria. Os policiais intimidaram os demais pescadores e acabaram levando-o à força algemado para o posto policial. Mantiveram-no algemado até o dia seguinte ao meio-dia, quando, por intervenção das autoridades municipais, foram impelidos a libertá-lo. Antes, porém, o presidente da Z-25 foi levado algemado, passando por dentro do povoado de Jenipapo em direção à cidade de Santa Cruz, onde foi colocado em liberdade.

As algemas, que mantiveram imobilizados os braços do Sr. José Luís, durante cerca de 14 horas, feriram-lhe os pulsos, que ficaram bastante inchados. A ação coercitiva dirigida contra o representante legal dos pescadores, debilita, de certo modo, a autoridade moral de sua entidade de representação.

As representações estigmatizadas, cunhadas externamente por interesses vinculados a fazendeiros e antagonistas diversos, que pintam o povoado como um "reduto de fora-da-lei" ou de "ladrões de gado", parecem exercer forte pressão e influência sobre os responsáveis pela manutenção da ordem. Nutrem-se sempre suspeitas, que incidem sobre os pescadores e que acabam por dividi-los. É difícil estimar a extensão do medo disseminado entre os moradores do Jenipapo em virtude dos

mecanismos coercitivos. Com toda certeza, existem outras versões, entre os moradores que, tentando amenizar a gravidade da ocorrência e evitar temidos transbordamentos da coerção, tratam-na de maneira individualizada, como resultado do “excesso de bebidas” ou de “desavenças pessoais”.

A ação coercitiva rompe os vínculos sociais e de soliedariedade entre os pescadores ao tentar reduzi-los – como diria Barrington Moore (1987), em suas análises sobre os campos de concentração – a uma massa atomizada, desorganizada e desamparadamente degradada.

A tentativa de destruição do auto-respeito do preso suscita nos pescadores, por outro lado, de maneira unânime e velada, sentimentos de indignação moral e um senso de injustiça que, potencialmente, dificultam a aceitação da autoridade de quem oprime. Tudo imerso em dissimulações difíceis de serem decodificadas, mas pautadas pelo medo. Regido pelo que poderia ser aproximado de um toque de recolher, tal cidade ocupada, o povoado de Jenipapo mantém-se, portanto, num fio de navalha, entre as pressões externas que obstaculizam o livre acesso dos pescadores aos recursos hídricos, para o exercício das atividades produtivas, e os rigores disciplinares de mecanismos de coerção que afetam a sua livre circulação e seu lazer no espaço de moradia.

Nesse quadro de imprevisibilidades, a saída dos pescadores para o lago Arari causa apreensão nas mulheres e crianças que permanecem nas suas casas no Jenipapo. Mesmo com certo temor, natural diante de pesquisadores vindos de fora, comentavam as mortes já ocorridas em encontros com “vigias” das fazendas na outra margem do lago, no rio Arari e mesmo no canal Tartarugas³¹. Ao medo, soma-se o

³¹ Os relatórios da Comissão Pastoral da Terra do Pará concernentes aos últimos doze anos registram pelo menos 3 (três) homicídios de pescadores e um atentado à bala a um lavrador, pelos denominados “vigias” em abril de 1986, abril de 1989 e abril de 1991, conforme quadro abaixo:

PESCADORES MORTOS E FERIDOS EM CONFLITOS DE TERRA – ILHA DO MARAJÓ

N.º	Data	Município	Nome	Observações
01*	04.86	Cachoeira do Arari	Flávio da Silva Reis	LAVRADOR ferido à bala por pistoleiros a mando de proprietários do imóvel rural “Por Enquanto”.
02	04.04.89	Santa Cruz do Arari	Moacir de Souza	PESCADOR assassinado por pistoleiros a mando dos fazendeiros Arthur Prantera Lobato e Paulo Matos.
03	04.04.89	Santa Cruz do Arari	Baiardo Medeiros	PESCADOR assassinado por pistoleiros a mando dos fazendeiros Arthur Prantera Lobato e Paulo Matos.
04	17.04.91	Cachoeira do Arari	Denis de Jesus Ribeiro Pereira, 20	PESCADOR baleado com três tiros no peito, decapitado e esquartejado por gerente da Fazenda Paraíso, de propriedade de Darci Damasceno.

FONTE: CPT NORTE-II e *Pará-Agrário*, n. 1, jan./dez. 1986, p. 47.

constrangimento de pertencer a uma comunidade que é acusada pelos grandes proprietários rurais de furtar seu gado e que já passou por duas ameaças de remoção. Uma informante referiu-se à situação como “uma guerra entre fazendeiro e pescador” e demonstrou temor pela vida de seus familiares: “Meu marido, que é honesto, corre o risco de levar um tiro. Não diferenciam. Agora tem dois pistoleiros. Os pescadores que se aproximam da margem eles jogam bala em cima. A senhora acha que eles têm esse direito?”

Não há hesitação na fala, mas seu questionamento denota as incertezas próprias dos momentos de aguda tensão social. Existem ademais dúvidas pairando, inclusive sobre as formas de intervenção dos aparatos de Estado, que numa representação ideal operacionalizariam as disposições de direito. Elas se aproximam da desconfiança, quando se referem às proposições de remanejamento ou de deslocamento do povoado do Jenipapo, geradas no âmbito do poder estatal. As propostas de remoção compulsória do Jenipapo são relativamente recentes e mantêm-se vivas na narrativa dos entrevistados. Ocorreram a partir do golpe militar de 1964, quando o Estado do Pará foi governado consecutivamente pelos coronéis Jarbas Passarinho e Alacid Nunes.

Um aposentado, que durante anos foi da diretoria da Colônia dos Pescadores, asseverou que os interesses pecuaristas, sempre que possível, retomam a questão de remover o Jenipapo para outra região da ilha de Marajó:

Foi no tempo do Alacid. Ele queria levar o Jenipapo para Santana. Nós não aceitamos. E não havia condição de localizar o povo e fazer a despesa de dois anos. Lá caboclo faz e roça, mas é pequeno e cheio de morador lá também. E lá é terra de fome, que eu conheço. Caboclo já tá acostumado a tapar o igarapé e pegar quatro peixes, tomar açaí e ficar satisfeito. Aqui se come muito. Sei que é terra de fome lá mesmo.

No depoimento de um ex-consignatário, há uma versão da primeira proposta de remanejamento³², que assinala como área para acolher o povoado um retiro localizado na margem oposta do Jenipapo, que atendia pela denominação de Terra Vermelha. Os fazendeiros teriam exercido

³² Consultamos vasta documentação do governo estadual entre 1966 e 1972, mas não foi possível localizar com precisão quaisquer iniciativas oficiais no sentido da referida remoção. Não se pode, entretanto, refutar a fidedignidade das menções, visto que explicitadas, inclusive, por representantes dos interesses agropecuários.

pressão política junto ao coronel Passarinho para que a proposta fosse recusada. Corrobora essa versão a narrativa de um antigo pescador, de 73 anos, que insiste em exprimir seu ponto de vista favorável à permanência do povoado:

Do lado de lá não tem casa. Os donos não consente. É gente rico e do lado de cá é gente pobre. A dona daí não deixa. Para lá a terra é mais alta. Quiseram levar o Jenipapo para lá, mas não entraram em acordo. Acho que deveria ficar aqui mesmo. Essas novas casas poderiam fazer lá, mas as antigas deixar aqui mesmo.

A mobilização atual dos pescadores do Jenipapo, sob a nova direção da Colônia de Pesca, que tomou posse em janeiro de 1994, e com a fundação, em 31 de agosto de 1993, do Centro Comunitário São Raimundo Nonato (Associação dos Moradores do Jenipapo) objetiva uma urbanização mais integral, com melhoria dos serviços de água e de saneamento, de atendimento médico e dos serviços escolares e policiais. Os pescadores pretendem uma consolidação definitiva do povoado em termos de cidadania plena, embora reconheçam a dimensão das dificuldades do presente, em especial, dos atos de violência perpetrados contra os pescadores e que lhes interdita o acesso aos recursos hídricos e às margens dos cursos d'água.

Bem resume esse sentimento o Sr. Lucas, velho morador, ao sublinhar que as marcas corporais e as cicatrizes que identificam aquele que exerce o ofício da pesca correm o risco de aumentar: "O pescador aqui que não tem marca de piranha e ferrada de arraia, não é pescador. Agora tão querendo também que leve tiro para poder pescar".

10 A TERCEIRA MARGEM

As múltiplas interdições de acesso aos recursos naturais parecem aumentar progressivamente. Elas abrangem, como foi dito, tanto o uso dos rios, igarapés e lagos, quanto as faixas de terras que os ladeiam, designadas como beira. No caso do lago Arari, parece estar em questão o cerceamento à liberdade de pescar em águas de domínio público, já que suas águas, como as do mar, não poderiam ser objeto de apropriação privada. Tampouco as beiras, compreendidas como terrenos de Marinha, poderiam sê-lo.

A própria memória social dos pescadores entrevistados assinala esse princípio. Os pescadores narram as transformações em curso na

apropriação das beiras que, em épocas pretéritas, eram de uso comum, ou seja, abertas tanto a pecuaristas quanto a pequenos criadores e a pescadores. Estabelecem um contraste com a situação atual, caracterizada por atos repressivos, que lhes confiscam as redes e demais instrumentos de trabalho. Explica um pescador, dono de rede, de 60 anos: “Antes podia parar na beira e não tinha problemas. Agora não. Se os brancos pegarem a gente eles tomam tudo” (ENT. 27).

A violência dos atos repressivos, apoiados numa suposta invasão de domínios privados, pela humilhação que acarreta, acaba evocando relações escravistas ou formas análogas à escravidão. O ritual punitivo e de submissão despoja os pescadores de “tudo”, inclusive dos instrumentos de trabalho elementares e intrínsecos à sua identidade. A categoria branco, nesse contexto, significa exatamente uma forma de dominação extrema pelo arbítrio e pela força bruta.

A violência também atinge os recursos hídricos. Fazendeiros interditam igarapés, rios e até as águas do lago Arari. Vigilantes e fiscais armados, que consoante os pescadores são também munidos de binóculos, assinalam, por meio de bóias delimitadoras e sinais invisíveis de cercamento, zonas de interdição no lago Arari para impedir que outros delas façam uso para a pesca. As fazendas, sob pretexto de coibir o furto de gado, estariam se expandindo e usurpando as águas de domínio público: “Até dentro da água dizem que é deles. Até dentro da água eles querem mandar. É só aproximar da beira” (ENT. 27).

Tais proibições inviabilizam a pesca, restringindo por demais a sua realização, ao interditar simultaneamente o acesso às águas e às margens: “A pessoa só tá querendo botar uma rede na beira e o fiscal não deixa. Eu não sou contra o fiscal amparar gado e porco. Mas água e peixe, não!” (ENT. 27).

Esses ditos fiscais, dada a violência e o poder de coerção que ilegítimamente exercem, são assim apresentados pelos pescadores: “Chamam pistoleiros para eles. Tem deles que fala alto com a gente” (ENT. 27).

Além de fazerem advertências verbais e imporem outras humilhações, os denominados pistoleiros, segundo os pescadores, portam armas de fogo, constituindo uma força paralela, capaz de infundir medo aos próprios encarregados da ordem: “Eles atiram, jogam o pescador da beira e a polícia não vai lá. Tem medo”.

Um pescador de mais 50 anos, dono de rede, enfatiza a inexistência de instâncias de arbitragem direta e de resolução dos conflitos: “Não tem para quem se queixar a não ser para Deus. Ibama não. Polícia não. Não!”

Os órgãos do Estado com competência específica teriam renunciado às suas obrigações jurídico-formais ou não assumiriam sua responsabilidade social, o que aumenta o sentimento de injustiça.

A necessidade de superar a dificuldade de pescar sem poder estabelecer em uma margem um acampamento para secar a rede, salgar os peixes, alimentar-se e dormir fez com que um grupo de pescadores do Jenipapo criasse um “flutuante”, feito de madeira, uma espécie de “terceira margem” do rio ou do lago Arari. Explica o Sr. Baltazar, 39 anos, pescador: “Proibiram para não botar o pé e tivemos que fazer um flutuante”.

A cerca de 600 a 900 metros das margens do Lago, os pescadores, após cortarem forquilhas e tabocas, erguem um ponto de apoio, uma margem artificial, fora do alcance dos disparos das armas de fogo e realizam a pesca longe das margens externas, controladas pelos vigilantes: “Fazemos barraca flutuante no meio do lago, coberto de encerado. Desde dois anos atrás, quando pescava no lago, fazia uma barraca para secar rede, dormir, consertar rede. Tira do lance e põe para enxugar. E com isto não tem que parar na beira”.

Para contornar os entreveros e os confrontos diretos, os pescadores constroem esse “flutuante”, adotando uma estratégia capaz de assegurar uma produção permanente, embora sejam obrigados a despender maiores esforços físicos e a gastar mais tempo em tal construção.

As privações a que tais grupos domésticos estão sujeitos não parecem colocar em risco sua identidade de pescadores, cujos atributos incluem o “trabalhar por conta própria”, o “ser livre para usar o tempo como quiser”, o morar no Jenipapo e “o conhecimento do mundo das águas”. Antes parecem reforçá-la, sobretudo, em relação aos interesses hostis que ameaçam privá-los do direito de pescar. As regras que orientam as estratégias de consumo asseguram a reprodução física e social dos grupos domésticos e, no contexto do conflito, permitem aos pescadores afirmar-se em relação aos seus antagonistas históricos.

Um comentário de uma senhora, esposa de pescador, sintetiza e tenta explicar as razões daqueles que querem expulsar os pescadores do lugar em que habitam há mais de cem anos e em que construíram uma verdadeira cidade suspensa, uma “vila das águas”, com pontes e jardins nos tesos, uma espécie de ilha de autonomia num entorno marcado por relações sociais baseadas no severo controle da força de trabalho dos denominados vaqueiros ou peões e no monopólio dos recursos hídricos: “Parece que eles têm ciúme da água...”

REFERÊNCIAS

- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- FERREIRA PENNA, Domingos S. O furto do gado e as fazendas nacionais. In: PARÁ. Conselho Estadual de Cultura. **Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna** (A Ilha de Marajó). Belém, 1. ed. 1876. p. 77-28. 1971a.
- FERREIRA PENNA, Domingos S. As fazendas nacionais. In: PARÁ. Conselho Estadual de Cultura. **Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna** (A Ilha de Marajó). Belém, (1. ed. 1876). p. 99-114. 1971b.
- FIRTH, Raymond. **Malay fishermen: their peasant economy**. NewYork: W. W. Norton & Company, 1975.
- GALLO, Giovanni. **Marajó: a ditadura da água**. 2. ed. Belém: Edições "O Nosso Museu", p. 314. 1981.
- GALVÃO, Eduardo. Panema, uma crença do caboclo amazônico. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 5 1951.
- GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Ita, Amazonas**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955.
- HURLEY, Jorge. **No domínio das águas: histórico da pesca no Pará**. Belém: Tipografia do Instituto D. Macedo Costa, 1933.
- IBGE. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.
- INCRA; IDESP. **Análise da estrutura fundiária do Marajó**. Belém, p. 76. 1977.
- IRISFOTO. Local: Editora, ano 47, n. 471, mar./abr. 1994.
- LAGE, Sandoval. **Quadros da Amazônia**. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica Espírito Santo, 1944.
- LEITE, Serafim. Ilha de Joanes ou Marajó. In: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: I.N.L., v. 3. p. 235-252. 1943.

- LUXARDO, Líbero. **Marajó: Terra Anfíbia**. Belém: Grafisa. 1977
- MACHADO, José de Paula. **Marajó**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1989.
- MATTA, Roberto da. Panema: uma tentativa de análise estrutural. **Ensaaios de Antropologia Estrutural**. Petrópolis: Vozes, p. 63-92. 1973.
- MEGGERS, Betty J.; EVANS JR., Clifford. **Uma interpretação das culturas da ilha de Marajó**. Belém: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, 1954 (Publicação 7).
- MOORE JR., Barrington. Campos de concentração. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo: Ed. Brasiliense, p. 100-117. 1987.
- PINTO, Maria Magdalena Vieira. Contribuição ao estudo da pesca na região do Arari, ilha de Marajó. **Revista Brasileira de Geografia**, [S.l.], ano 18, n. 3, p. 373-407, jul./set. 1956.
- SPRANDEL, M. A. O trabalho feminino na unidade de produção familiar. **Tecedeiras do Jenipapo: o trabalho feminino na pesca – ilha do Marajó**. Relatório de pesquisa, 1994.
- VER-O-PARÁ. Local: Editora, ano VIII, n. 19, set./out. 2000.
- VIANNA, Arthur. Catálogo das sesmarias. In: PARÁ. **Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará**. Belém, 1904. Tomo III.

